

**Ata da sessão ordinária realizada
dia 27 de novembro de 2025**

Aos **vinte e sete** dias do mês de novembro, do ano dois mil e vinte e cinco, pelas **vinte e uma horas e vinte minutos**, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em **sessão ordinária**, no auditório do Fórum Cultural, sito no Convento de Nossa Senhora da Conceição, sob a presidência de **Andreia Calvário Graça Guerreiro**, secretariado por, **Marta Isabel Moreira Barôa David Tomé**, como 1ª secretária e **Filipe Augusto Valente Oliveira**, como 2.º secretário, dando cumprimento ao preceituado no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

Encontravam-se presentes na sessão os deputados: -----

Eleitos pelo PSD: Tiago Casimiro Tavares, Ana Isabel Teixeira Guerreiro, Bernardo Pereira Delgado, Guilherme Alexandre Viegas Barôa, Maria de Fátima dos Santos Dias Santana. -----

Eleitos pelo PS: Francisco Manuel Valadas Abreu, Filipa Alexandra da Costa Ramos, Rui Manuel Gaspar Cortes Guerreiro, Maria Fernanda Belchior Caetano Guerreiro, Ruben Tiago Ribeiro Maia e Maria Cristina Martins Brás Germano. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: o Presidente da Junta de Freguesia de Almodôvar, Diogo Francisco Moreira Baroa Custódio da Lança (PSD), o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Abílio Manuel Rodrigues (PSD), o Presidente da Junta de Freguesia de Gomes Aires, Fábio Miguel Batista (PSD), o Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, Nelson Paulo Mestre Guerreiro (PS), o Presidente de Junta de Freguesia de São Barnabé, António Manuel Silva Amaro (PS), o Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Vítor José Costa Nogueira (PS) o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Nova, Orlando Manuel Figueira Rodrigues (PS) e o Presidente da Junta de Freguesia da Senhora da Graça dos Padrões, Gabriel Tomás Guerreiro (UPF).-----

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, estiveram presentes nesta sessão para além do **Presidente da Câmara** José Tadeu Sebastião Figueira de Freitas (PSD), o **Senhor Vice-Presidente**, José Romba Guerreiro (PSD) e os **Senhores Vereadores**, Susana Margarida Martins Camões (PSD), Ana Manuela de Jesus Guerreiro Carmo (PS) e Fábio José da Palma Eugénio (PS). -----

Da presente sessão constou a seguinte **ORDEM DO DIA:** -----

A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 39.º do Regimento; -----

A.1 - Intervenção dos Municípios; -----

A.2 - Esclarecimentos.-----

B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA : -----

B.1. - Tomada de posse do membro em falta; -----

B.2 - Ausências, Suspensões, Renúncias de mandatos e respetivo preenchimento de vagas; -----

B.3 - Votação da ata n.º 29/2025, da sessão ordinária realizada no dia 26 de setembro de 2025 (quadriénio 2021/2025);-----

B.4 - Conhecimento e remessa da ata da primeira sessão, realizada dia 31 de outubro de 2025, já aprovada; -----

B.5 - Leitura de expediente; -----

B.6 - Intervenções. -----

C - **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

C.1 - Apreciação e deliberação sobre o Voto de Pesar prestado pelo Município de Almodôvar, decorrente do falecimento do Exmo. Senhor Dr. Francisco Pinto Balsemão; -

C.2 - Apreciação e deliberação sobre a alteração ao Regimento da Assembleia Municipal; -----

C.3 - Apreciação e deliberação da proposta para autorização do valor da realização das obras ou reparações por administração direta; -----

C.4 - Apreciação e deliberação da proposta do Senhor Presidente da Câmara relativa à nomeação do Auditor Externo responsável pela certificação legal de contas do Município; -----

C.5 - Apreciação e deliberação sobre a transferência de competências e recursos financeiros do Município para as Freguesias desagregadas no âmbito dos Autos de Transferência de Competências e Recursos celebrados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril; -----

C.6 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto (também presidente de junta) que em representação de todas as Juntas de Freguesia do Concelho de Almodôvar, participará no XXVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----

C.7 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto (também presidente de junta) para o Conselho Municipal de Educação de Almodôvar; -----

C.8 - Eleição dos membros para integrar a Assembleia Intermunicipal da CIMBAL; ---

C.9 - Eleição dos representantes das freguesias na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais 2025-2029; -----

C.10 - Conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro, na sua atual redação; -----

C.11 - Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 37.º do Regimento; -----

C.12 - Aprovação da ata em minuta.-----

[NOS TERMOS DO REGIMENTO, A PRESENTE SESSÃO FOI TRANSMITIDA ONLINE ATRAVÉS DAS PLATAFORMAS DIGITAIS DO MUNICÍPIO E TOMADAS TODAS AS MEDIDAS LEGAIS EM TERMOS DE RGPD.](#)-----

Antes de iniciarem a sessão, a Presidente da Assembleia, solicitou as seguintes correções:-----

Correção dos pontos B.3 e B.4, e onde **se lê** “B.3 – Votação da ata n.º 29/2025, da sessão ordinária realizada no dia 26 de novembro de 2025 (quadriénio 2021/2025), **se leia** “B.3 – Votação da ata n.º 29/2025, da sessão ordinária realizada no dia 26 de setembro de 2025 (quadriénio 2021/2025) ” e onde **se lê** “B.4 – Conhecimento e remessa da ata da primeira sessão, realizada dia 05 de novembro de 2025, já aprovada”, **se leia** “B.4 – Conhecimento e remessa da ata da primeira sessão, realizada dia 31 de outubro de 2025, já aprovada”.-----

A Assembleia tomou conhecimento e nada objetou. -----

Prosseguindo, a **Presidente da Assembleia** começou por justificar o tempo de espera referindo que, quando se começam a implementar algumas novidades, às vezes é necessário que nos ajustemos um pouco, pelo facto pediu desculpa a todos os presentes.-----

Prosseguindo, e após os cumprimentos institucionais, referiu que é com muito agrado que vê a sala cheia e declara aberta a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal para o mandato de 2025/2029.-----

Declarou que “este é um momento excecionalmente importante para a vida democrática do nosso concelho e para reafirmar a nossa Assembleia como o local adequado para o debate, para o escrutínio e para o desenvolvimento de soluções no interesse acima de tudo da nossa população. -----

Quer dizer a todos os deputados municipais em primeiro lugar, que dá as boas vindas a todos aqueles que agora iniciam o mandato pela primeira vez, desejar-lhes um mandato auspicioso repleto de responsabilidade, paixão pela causa e um senso de saber que este é o nosso lugar, onde estamos acima de tudo com aqueles que os elegeram para o cargo que agora vão desempenhar.-----

Também uma palavra para os Presidentes de Junta, aqueles que aqui estão pela primeira vez e, no qual reafirma esta mesma responsabilidade. Sejam bem-vindos. -----

Aos deputados que já vinham de anteriores mandatos e que continuam agora o seu trabalho um bem hajam por continuarem a causa pública e estejam aqui no serviço público.--

A nossa assembleia vai procurar ser o corpo mais vivo, mais participativo e mais dinâmico onde todas as vozes possam ser ouvidas, um lugar onde as diferenças de perspectiva não podem impedir o trabalho, mas devem contribuir para uma tomada de decisão mais completa e justa. Assim, apelo desde este primeiro dia, desde esta primeira sessão, à necessidade do bom senso nas intervenções, à capacidade de diálogo e à elevação de debate político, tudo isto no interesse do nosso município e não de qualquer Partido ou interesse pessoal. -----

A democracia é o que torna possível todas as questões com as quais estamos a interagir aqui, é dela que flui a legitimidade dos mandatos, a multiplicidade das visões e o dever da prestação das contas. Neste sentido, honrar a democracia neste espaço, significa ouvir, saber discordar com respeito e aprender a construir um compromisso em prol daquele que é o bem comum. Posso assegurar que da minha parte farei tudo o que for necessário para honrar plenamente a confiança que me foi depositada na eleição para Presidente desta Assembleia Municipal. Exercerei este cargo com objetividade, força e sentido de serviço público, respeitando a participação de todos os grupos e titulares de cargos, permitindo que o trabalho desta Assembleia avance com a dignidade e eficácia que ela merece. -----

Desejo a todos um excelente mandato e espero que no final da noite de hoje e de todas as próximas sessões que se vão seguir, todos possamos olhar para trás, acima de tudo com a consciência de dever cumprido para com os cidadãos que os elegeram no nosso município. ---

Muito obrigado a todos”. -----

Após esta introdução, deu então início à Assembleia Municipal informando que após todas as declarações terem sido preenchidas, esta sessão já está a ser transmitida em direto para todos os munícipes, e que isso vai permitir que em casa ou, em qualquer lugar, qualquer pessoa pode estar a assistir ao trabalho deste Órgão, agradecendo a todo o plenário por terem aceitado, desde logo, também esta inovação e esta partilha com todos os munícipes. ---

A – PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO: -----

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 39.º do Regimento; a Assembleia fixou um período para intervenção do público, **que não foi utilizado**. -----

B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA : -----

B.1. - TOMADA DE POSSE DO MEMBRO EM FALTA: -----

A Presidente da Assembleia Municipal referiu que, como é do conhecimento da Assembleia, o senhor deputado **Tiago Miguel Martins Encarnação**, não tomou posse,

tendo enviado antecipadamente documento justificando a sua ausência por motivos profissionais. -----

Questionou os deputados presentes se havia algum inconveniente na justificação da sua falta e, não se tendo verificado qualquer impedimento, a Senhora Presidente colocou à votação a referida justificação de falta, que a Assembleia, por unanimidade, deliberou justificar. -----

B.2 - AUSÊNCIAS, SUSPENSÕES, RENÚNCIAS DE MANDATOS E RESPETIVO PREENCHIMENTO DE VAGAS: -----

A **Presidente da Assembleia** fez saber que não se registaram **pedidos** de ausência para esta sessão. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

B.3 - VOTAÇÃO DA ATA N.º 29/2025, DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2025 (QUADRIÊNIO 2021/2025):-----

A **Presidente da Assembleia** colocou à apreciação a Ata n.º 29 da sessão ordinária realizada no dia 26 de setembro de 2025 (quadriênio de 2021/2025). -----

Para os fins previstos na alínea a) do artigo 40.º do Regimento e do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, foram remetidas, em anexo à ordem do dia, fotocópia da ata da referida sessão, a qual foi previamente lida pelos membros e submetidas à apreciação e votação. -----

Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou à votação a Ata n.º 29 da sessão ordinária de 26 de setembro de 2025 (quadriênio de 2021/2025), tendo a Assembleia Municipal **deliberado, por unanimidade dos presentes, com 7 votos a favor** (PS/PSD), aprovar a referida ata, a qual foi homologada em minuta, com exceção das intervenções dos senhores deputados, sendo assinada pelo Senhor Presidente e por quem a lavrou.-----

Nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, os deputados Rui Manuel Gaspar Cortes Guerreiro, Tiago Casimiro Tavares, Guilherme Alexandre Viegas Barôa, Maria de Fátima dos Santos Dias Santana, Filipa Alexandra da Costa Ramos, Ruben Tiago Ribeiro Maia, o Presidente da Junta de Freguesia de Almodôvar, Diogo Francisco Moreira Baroa Custódio da Lança, o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Abílio Manuel Rodrigues, o Presidente da Junta de Freguesia de Gomes Aires, Fábio Miguel Batista, o Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, Nelson Paulo Mestre Guerreiro, o Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Vítor José Costa Nogueira e o Presidente da Junta de Freguesia da Senhora da Graça dos Padrões, Gabriel Tomás Guerreiro, não participaram na aprovação da ata. -----

B.4 - CONHECIMENTO E REMESSA DA ATA DA PRIMEIRA SESSÃO, REALIZADA DIA 31 DE OUTUBRO DE 2025, JÁ APROVADA:-----

A **Presidente da Assembleia** explicou que a **ATA DA PRIMEIRA SESSÃO**, como os Senhores Deputados têm conhecimento, **foi lida em voz alta e aprovada na respetiva sessão**, remetendo-a agora a todos os senhores deputados municipais para que tenham conhecimento da mesma em formato editável. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da ata em apreço. -----

B.5 - LEITURA DE EXPEDIENTE: -----

Sobre este Ponto, a **Presidente da Assembleia** informou sobre a correspondência recebida e expedida pela Assembleia Municipal desde a última sessão até à presente

data, cuja relação foi enviada a todos os membros, e que está disponível para consulta nos serviços de apoio, caso assim o desejem.-----

Prosseguindo, questionou se alguém pretendia fazer uma intervenção relativa a este ponto.-----

No uso da palavra o **deputado Guilherme Barôa** referiu que após análise à correspondência recebida e enviada durante o período de 6 de setembro e 19 de novembro de 2025, lhe saltou à atenção uma carta enviada pela senhora Sandra Guerreiro no dia 17 de setembro, e que na lista disponível não consta como respondida. Perante o facto de a carta ter sido enviada em período de pré campanha eleitoral e que levou à consequente mudança de executivo, a bancada do PSD questiona se a mesma carta foi respondida, em que data e qual foi a resposta.-----

A **Presidente da Assembleia**, leu na íntegra o email enviado pela senhora Sandra a 17 de setembro de 2025, que aqui se dá como totalmente reproduzido e fica arquivado na respetiva pasta da correspondência recebida. Continuando, referiu que estando aqui presente o deputado Francisco Abreu, que estava em funções nessa altura, perguntaria se respondeu a este email e eventualmente qual foi a resolução.-----

Em resposta, o **deputado Francisco Abreu** disse que relativamente a essa questão de momento não tinha ideia se foi respondido ou não foi respondido. Pediu desculpa, e questionou a quem foi dirigido o email? Se foi para si?-----

Continuando, disse que sinceramente não tem presente, passou muito tempo e não tem presente, não pode responder, não tem ideia se deu alguma resposta ou não.-----

A **Presidente da Assembleia**, elucidou que o email foi dirigido à Assembleia Municipal e ao Geral da Câmara Municipal.-----

Agradeceu ao deputado Guilherme Barôa, referindo que o que poderá tentar fazer é rastrear novamente se houve resposta, até porque as informações que são solicitadas são de um caráter técnico bastante elevado e, vai tentar perceber se foi dada resposta a esta município.-----

Mais informou, que este email foi também remetido para o endereço eletrónico do anterior Presidente da Assembleia e agora deputado Francisco Abreu, conforme é possível verificar no email, no dia 17 de setembro. Caso não tenha sido dada resposta fica o seu compromisso que a município terá a devida resposta.-----

B.6 - INTERVENÇÕES: -----

A **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e pediu que ao nível das intervenções, e por uma questão de agilidade, para ajudarem a funcionária, que no fim das sessões quem tiver as suas intervenções escritas as entregue diretamente ou depois a seguir as enviem para o email da assembleia municipal para ser mais fácil o trabalho da transcrição.-----

De imediato abriu as inscrições para este ponto, tendo-se inscrito os Senhores deputados Vítor Nogueira, Diogo Lança, Francisco Abreu, Fernanda Guerreiro, Gabriel Guerreiro, Ana Guerreiro, Tiago Casimiro, Bernardo Delgado e Fábio Batista.-----

De acordo com a ordem das inscrições, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Vítor Nogueira**, que proferiu o seguinte:-----

"Permitam-me, em primeiro lugar, felicitar todos os membros desta nova Assembleia Municipal pelo início dos seus mandatos, desejando a todos um trabalho profícuo em prol do nosso concelho. É com renovado espírito de colaboração que trago à discussão um tema de crucial importância para a estabilidade e planeamento da minha Freguesia.-----

Intervenho hoje, na qualidade de Deputado Municipal eleito e como representante direto dos interesses da Freguesia do Rosário e, creio, de muitas outras Freguesias do nosso concelho.-----

Como é do conhecimento desta Câmara e desta Assembleia, estamos prestes a analisar e votar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2026 no próximo mês de dezembro. A

aprovação destas ferramentas de gestão é vital para as nossas Freguesias, a sua eficácia depende diretamente da clareza e previsibilidade das verbas que lhes são transferidas.-----

A Freguesia do Rosário tem dependido e gerido de forma responsável os recursos advindos dos Protocolos de Delegação de Competências celebrados com o Município, bem como aqueles específicos para a dinamização económica e cultural, como os das Feiras Temáticas, entre outros.---

O nosso planeamento para 2026 - seja na manutenção de espaços verdes, na limpeza urbana, ou na organização de eventos que atraem visitantes ao concelho - está ligado aos valores inscritos nestes documentos. -----

Neste sentido, e com a urgência imposta pela proximidade do debate orçamental, a minha pergunta à Câmara Municipal é a seguinte:-----

As Freguesias podem contar com a manutenção dos valores atualmente inscritos nos Protocolos vigentes de Delegação de Competências e nos Protocolos Específicos para o Orçamento de 2026? Ou, considerando o aumento dos custos de contexto e a necessidade de melhorar a qualidade do serviço público, existe por parte do Executivo Municipal a intenção de propor um reforço financeiro e material desses mesmos Protocolos para o próximo ano? -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, a resposta a esta questão ultrapassa o domínio da formalidade é, sobretudo, um contributo essencial para reforçarmos o bom planeamento das Juntas de Freguesia. Será importante compreender se os valores que virão a constar do orçamento de 2026 nos permitirão manter o nível de serviço atualmente prestado, ou mesmo criar condições para o seu reforço. A população do Rosário e de todo o concelho beneficia quando trabalhamos em alinhamento e é, nesse espírito de colaboração institucional que aguardamos esta clarificação. -----

Agradeço a vossa atenção e aguardo o devido esclarecimento por parte do Executivo Municipal."

Prosseguindo, foi dada a palavra ao **deputado Diogo Lança** que referiu que "Enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Almodôvar, sinto o dever de trazer a esta Assembleia uma questão que tem sido motivo de preocupação e debate entre os nossos residentes: a alteração de nomes de ruas e a forma como estas decisões impactam diretamente a vida das pessoas. -----

A toponímia não é apenas um conjunto de placas ou designações. É parte do património identitário da nossa comunidade, da nossa história e da nossa memória coletiva. -----

Alterar o nome de uma rua que, ao longo dos anos, se consolidou no quotidiano das pessoas não é um ato administrativo simples, é uma mudança que tem consequências reais. -----

Os moradores veem-se obrigados a suportar custos e transtornos com a atualização de documentação pessoal, moradas fiscais, registos em serviços públicos e privados. E o Município também enfrenta despesas desnecessárias com estas alterações. Por isso, defendo que mudanças na toponímia devem ocorrer apenas quando houver razões fortes e verdadeiramente fundamentadas.-----

Quero destacar, em particular, o caso da Rua de São João, no Bairro da Cerca da Presença II, onde os moradores expressaram formalmente, através de um abaixo-assinado, a sua oposição à alteração do nome. Importa sublinhar que não se trata de rejeitar a homenagem pretendida, nem de desvalorizar a pessoa cujo nome se propôs atribuir. Pelo contrário: reconhecemos o valor e a importância de homenagear quem merece ser reconhecido. -----

O que está em causa é a necessidade ou, neste caso, a falta dela. Uma homenagem pode e deve ser feita de forma digna, visível e verdadeiramente valorizadora, sem impor encargos aos residentes nem criar tensões desnecessárias. -----

Assim, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Almodôvar, gostaria de solicitar ao Executivo Municipal que esclareça esta Assembleia, qual o ponto de situação deste processo e se foram consideradas as preocupações e a vontade expressa pelos moradores. -----

Reafirmo a total disponibilidade da Junta para colaborar em soluções equilibradas, que respeitem a população e, ao mesmo tempo, permitam homenagear devidamente as personalidades que marcaram o nosso concelho". -----

Continuando, tomou a palavra a **deputado Francisco Abreu** que em primeiro lugar desejou as boas vindas aos novos órgãos autárquicos que resultaram das eleições do dia 12 de outubro, todos eles aqui presentes, Executivo Camarário, o Órgão Deliberativo Assembleia Municipal, as Juntas de Freguesia, os novos membros da Assembleia Municipal e os que são repetentes como ele, embora numa função ligeiramente diferente. Declarou que “Faço votos para que possam fazer um bom trabalho, tal como disse a senhora Presidente da Assembleia, criar um bom ambiente de trabalho, criar consenso quando for possível porque a partir de agora deixou de haver Partidos tudo o que for feito aqui é em prol do desenvolvimento do concelho de Almodôvar e das suas gentes. -----

Quero agora colocar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, que é a seguinte: tiveram conhecimento e, pensa que é já ponto assente, que um dos médicos de família vai deixar de exercer funções no nosso concelho. Muitas famílias irão ficar sem médico de família com todos os encargos e inconvenientes e obstáculos que isso vem trazer e julgo que em especial, também há duas freguesias onde ele prestava serviço, julgo que é na Freguesia de São Barnabé e na Freguesia de Santa Cruz, portanto, também vão ficar sem médico de família. A minha questão é, provavelmente o Senhor Presidente da Câmara já deve ter conhecimento da situação, se já encetou algumas diligências e se não encetou o que pensa fazer para não ficarmos privados durante muito tempo do médico de família”. -----

Prosseguindo com a ordem das inscrições, a Presidente da Assembleia deu a palavra à **deputada Fernanda Guerreiro** que disse o seguinte:-----

“Quero começar por saudar todos os presentes e desejar a todos um mandato profícuo, marcado pelo sentido de responsabilidade, pelo diálogo construtivo e pelo compromisso com o interesse público. -----

Saúdo especialmente aqueles que se juntam pela primeira vez a esta Assembleia, sejam bem-vindos. Que encontrem neste espaço um lugar de participação, de escuta e de compromisso com a nossa comunidade. -----

Enquanto deputada municipal, reafirmo a minha disponibilidade para trabalhar de forma séria, responsável e colaborativa. Que este mandato seja pautado pelo respeito institucional, pela transparência e pela capacidade de, em conjunto, colocarmos sempre em primeiro lugar as pessoas que representamos mas sobretudo o superior interesse do nosso concelho. -----

O desenvolvimento do nosso concelho exige cooperação, visão estratégica e a capacidade de encontrarmos aqui convergências, mesmo quando subsistem diferenças naturais em termos de perspetiva. -----

Permitam-me ainda aproveitar este momento, embora reconheça ainda que é bastante cedo, tendo em conta o pouco tempo decorrido desde a tomada de posse, para perguntar em que ponto se encontra o projeto da Escola Secundária. Existe já alguma data provável para o início das obras? Que informação pode ser partilhada relativamente ao estado atual do processo?”-----

Seguidamente foi a vez do **deputado Gabriel Guerreiro**, que aclarou que é a sua primeira intervenção nesta Assembleia Municipal, começando por saudar todos os cidadãos e cidadãs que foram eleitos no último ato eleitoral realizado no passado dia 12 de outubro de 2025. “Saúdo com enorme respeito e elevado espírito democrático todos os membros desta Assembleia Municipal, os eleitos para a Câmara Municipal e todos os que foram eleitos em cada uma das Assembleias de Freguesia do nosso Concelho.-----

Faço votos de um excelente mandato a todos, e espero sinceramente que as sessões desta Assembleia possam decorrer com tranquilidade, que o debate político seja realizado com elevação, respeito e que todos se centrem sempre naquilo que é mais importante para o nosso concelho e para as nossas populações. -----

Quero deixar ainda um cumprimento especial a todos os cidadãos, técnicos e membros das mesas de voto, que de forma empenhada e cívica, garantiram a dignidade, a transparência e a participação plena de todo o processo eleitoral. -----

Trago hoje aqui dois pontos de maior interesse para a minha Freguesia: -----
Intensidade dos disparos da mina Neves Corvo -----

Trago hoje a esta Assembleia um assunto de elevada preocupação para as populações vizinhas da Mina de Neves-Corvo: a intensidade e a frequência dos disparos de desmorte. -----

São inúmeras as queixas da população da Senhora da Graça dos Padrões, pois as habitações apresentam inúmeras rachas que resultam da elevada intensidade dos disparos da Mina. Em particular, um último disparo de maior intensidade foi registado no dia 24 de novembro, pelas 06 horas e 25 minutos da manhã, cuja magnitude foi percecionada de forma bastante expressiva por várias pessoas, incluindo eu próprio, que acordei com a intensidade das vibrações do solo. A comunidade exige e merece tranquilidade no seu quotidiano, e eventos desta dimensão colocam em causa essa premissa fundamental e neste momento existe já uma grande preocupação com a capacidade estrutural das habitações, que vão ficando cada vez mais danificadas. -----

Cumpr-me informar esta Assembleia que, na sequência deste e de outros episódios, contactei diretamente a empresa Boliden - Somincor; responsável pela exploração mineira. A este respeito, e é com total satisfação que informo que a empresa se mostrou totalmente interessada em reunir com a minha Junta de Freguesia, o que é um sinal muito positivo para o necessário diálogo e colaboração. -----

Preocupação com a Ponte -----

Quero ainda aproveitar esta ocasião para manifestar outra preocupação que temos na nossa Freguesia com a ponte que estabelece a ligação entre a nossa freguesia e a localidade de Neves da Graça. Esta infraestrutura tem apresentado sinais de degradação evidentes e inspira-nos a maior apreensão, uma vez que é uma via vital por onde passam centenas de viaturas todos os dias. Obviamente que não temos conhecimento técnico para avaliar o real estado desta estrutura, contudo apelo à Câmara Municipal para que seja feita uma avaliação da sua condição e que sejam tomadas medidas preventivas para garantir a segurança de todos os utentes. -----

Nota Cultural -----

Para terminar, gostaria ainda de deixar uma nota de índole cultural, mas de igual importância para a identidade do nosso concelho e região, quero aproveitar esta ocasião para trazer uma merecida referência. Precisamente neste dia 27 de novembro, celebramos o 11.º aniversário da elevação do Cante Alentejano a Património Imaterial da Humanidade pela UNESCO. -----

Este é um marco que nos enche a todos de orgulho e que reafirma o Alentejo e as suas tradições únicas no panorama mundial. -----

O nosso concelho, Almodôvar, é um bastião vivo desta tradição, contando com vários grupos corais que são pilares da memória coletiva e transmissores desta herança cultural. -----

No entanto, o seu trabalho, muitas vezes feito com enorme sacrifício e dedicação, merece um reconhecimento e um apoio mais substancial. -----

Assim, quero apelar publicamente a este Município para que reforce a sua política de apoio aos grupos corais do concelho, garantindo-lhes melhores condições para ensaios, atuações, transporte e promoção. -----

Apoiar o Cante Alentejano não é apenas fomentar a cultura; é investir na nossa identidade, na coesão social e na projeção do nome de Almodôvar". -----

Foi dada a palavra à **deputada Ana Guerreiro** que se disse muito satisfeita “por estarmos com uma sala cheia de gente, porque nestes 12 anos foi muito limitado, nunca tivemos assim tanta gente. Tivemos quando houve as assembleias municipais nas nossas freguesias, mas aqui em Almodôvar, geralmente eram só os deputados o que era

muito pouco e ainda bem que estamos com mais gente a participar porque é importante a participação de todos os munícipes para o desenvolvimento do nosso concelho. -----

Também acho muito positivo a transmissão online para que as pessoas que estejam em casa possam ouvir e ver realmente o que os deputados fazem nas assembleias municipais que é um órgão tão importante na fiscalização de tudo aquilo que se faz em termos de Câmara Municipal.-----

Para além disso, quero saudar todos os colegas, os novos, os que já estiveram comigo. Sempre estive na oposição portanto, agora ainda estou em fase de adaptação mas, a minha postura deve ser sempre a mesma, naturalmente, de ver o melhor para o meu concelho e colocar as minhas ideias e acho que tenho liberdade para isso também pela parte política em que me enquadro. -----

Na minha intervenção de hoje gostaria de abordar três temas distintos, em primeiro lugar gostaria de referir que a iniciativa e a promessa realizada pelo senhor Presidente de Câmara de haver ao longo do mandato presidências abertas nas várias freguesias do nosso concelho é realmente uma iniciativa inovadora e que o poder executivo da nossa autarquia se aproxima mais dos nossos munícipes permitindo-lhes abordar as suas preocupações, as ideias, as dificuldades do seu quotidiano, aquilo que querem desenvolver nas várias freguesias e que naturalmente possibilita haver um melhor conhecimento das várias realidades das nossas freguesias promovendo a participação de todos os munícipes. Acho que é extremamente importante para o desenvolvimento do nosso concelho. A primeira presidência aberta do nosso Presidente da Câmara decorreu entre 19 e 21 de novembro em Gomes Aires e tenho algum interesse em saber se, também já vi nas redes sociais, como decorreu, se realmente houve uma participação acesa dos fregueses de Gomes Aires, se foram identificados os problemas mais urgentes e aqueles que a longo prazo podem ser depois resolvidos e se realmente já tomaram algumas decisões, se irão ser tomadas medidas que minimizem estes problemas e que permitam o desenvolvimento da freguesia.-----

Também gostaria aqui de falar um pouco sobre as alterações climáticas. Fiz alguma pesquisa sobre isso, alterações climáticas no mundo e sobretudo no nosso país e nós temos de estar abertos e atentos a isto, porque estão a provocar impactos significativos, nomeadamente o aumento das temperaturas, alteração nos padrões de precipitação e riscos associados em eventos climáticos extremos.-----

Como exemplo, o aumento das temperaturas desde a revolução industrial, as temperaturas médias em Portugal têm aumentado com os últimos anos a registar temperaturas records em 2024, por exemplo, que foi o ano mais quente já registado com uma temperatura média de mais de 10,5 graus centígrados o que indica que mais de cerca de 1,5 graus centígrados acima da média do período de referência 1991 até 2020.-----

Para além destas alterações em termos de temperatura a precipitação média anual tem diminuído especialmente no sul de Portugal portanto, na nossa região, o que tem contribuído para a desertificação e secas mais frequentes. A análise de dados de 1913 a 2019 mostram uma redução significativa na precipitação durante os meses de inverno, crucial para a recarga de recursos hídricos e também para as barragens e toda a parte hídrica portanto tem de haver também aqui alguma preocupação e naturalmente os eventos climáticos extremos. O aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos, como ondas de calor, incêndios florestais e cheias têm sido uma preocupação crescente, estima-se que cerca de 200 pessoas morrem anualmente em Portugal devido a consequências diretas de alterações climáticas.-----

Assim será muito importante e urgente adotarmos políticas consistentes e eficazes para mitigar as alterações climáticas.-----

A adaptação das novas realidades climáticas é essencial para proteger a população e os ecossistemas, além de garantir a sustentabilidade económica e social do nosso país. Há bem pouco tempo fomos atingidos por uma tempestade a “*tempestade Cláudia*”,

todos nós sabemos, por isso gostaria de perguntar ao Senhor Presidente quais foram os danos causados no nosso concelho e quais as Freguesias que foram mais assoladas, sabe que Gomes Aires e São Barnabé. Gomes Aires foi com o centro cultural que onde uma parte das telhas voaram, houve também as inundações em São Barnabé e questiono que medidas foram realmente executadas para resolver esses problemas de imediato e o que poderá ser feito a longo prazo, porque temos que ter políticas de sustentabilidade, principalmente, se existe um plano municipal de ação climática. Sei que era para haver um plano de ação climática, isto pela legislação, pela lei de bases do clima aprovada pela Assembleia da República, deveria estar concluído em 1 de fevereiro de 2024, não sei se está implementado e por isso é que estou a questionar. Não me recordo que em nenhuma Assembleia Municipal tenham refletido sobre isto e acho que seria importante existir um Plano Municipal de Ação Climática que pode ser, (se existe), depois atualizado e avaliado tendo como objetivo número um a mitigação destes problemas climáticos. A lei de base do clima atribui assim aos órgãos de governo local responsabilidade de desenvolverem planos municipais de ação climática com metas concretas para reduzir as emissões de carbono, garantir a resiliência aos impactos climáticos, ondas de calor, escassez de água, inundações, entre outras e envolver cidadãos, empresas e outras entidades locais públicas ou privadas na ação climática de modo a alcançar a neutralidade carbónica até 2050 portanto acho que é uma prioridade que temos, todos nós, ter porque é importante.-----

Para terminar, durante esta semana, acho que foi esta semana ou na outra semana, vi a iluminação do centro da vila muito deficitária, a parte da igreja matriz, sei que agora já foi alterado e gostei muito ontem quando vi, a igreja matriz iluminada, penso que os dias são muito pequeninos, anoitece muito rapidamente e acho que a iluminação é importante, não só para no caso da igreja matriz, iluminar aquele monumento que nós temos tão bonito no centro da vila mas também por razões de segurança, acho que é importante.-----

Para além disso acho que também podemos aumentar a intensidade de iluminação nalgumas zonas da nossa vila, por exemplo nas piscinas municipais. Sei que houve alteração, mas por exemplo quem vai às aulas da piscina como eu vou, aquela parte entre o bar e as piscinas está aberta mas não podemos passar porque está tudo escuro, não há iluminação nenhuma, temos que ir sempre à roda. -----

Acho que seria também importante fazer isso, se calhar, utilizando como recurso as energias renováveis.-----

Outra coisa que gostava de perguntar era em relação aos chuveiros das piscinas ainda hoje uma senhora me disse que não estavam a funcionar se calhar seria bom se tivéssemos também uma ação em relação a isso porque há aulas e as pessoas estão a participar no desporto é algo muito bom para todos nós”.-----

Usou da palavra o **deputado Tiago Casimiro** iniciou por referir ser esta a sua primeira intervenção e dizer a todos que irá manter a sua postura que é defender os jovens ate ao fim nas Assembleias Municipais porque é aqui que se vai discutir politica. -

Faz a seguinte intervenção para falar sobre a juventude. -----

“Como jovem almodovarense, e como alguém que acompanha de perto a realidade do nosso concelho, sinto que é não só legítimo, mas também necessário, deixar aqui uma palavra pública de reconhecimento aos nossos jovens desportistas e aos resultados absolutamente notáveis que alcançaram neste mês de novembro. -----

No Karaté, Almodôvar voltou a afirmar-se ao mais alto nível nacional. A Chiara Brandauer, foi Campeã Nacional, e o Tiago Abreu, medalha de bronze nos Campeonatos Nacionais, levando repetidamente o nome do nosso concelho ao topo do Karaté Português. -----

Ainda nesta modalidade, importa destacar os nossos atletas mais jovens, que recentemente participaram num torneio em Alcoutim e Martim Longo: 10 atletas, 8

medalhas conquistadas, duas delas de ouro. Estes números dizem muito do talento que temos e do futuro que está a ser construído. -----

Também no atletismo, mais concretamente no Campeonato Distrital de Corta-mato, os resultados falam por si. O Miguel Custódio tornou-se Campeão Distrital de Juvenis, o Diego Brissos, Vice-Campeão Distrital de iniciados, e as atletas Maysa Pereira e Matilde Dias mantêm Almodôvar como uma referência regional nesta modalidade. -----

No Futebol, não pode deixar de felicitar o Rodrigo Guerreiro, jovem do nosso concelho, atualmente nos sub-23 do Torriense, em grande destaque e recentemente apurado para a fase de campeão. Estes exemplos mostram que, mesmo num concelho do interior, o talento existe e consegue chegar aos patamares mais elevados do País. ----

Todos estes resultados elevam o nome de Almodôvar a nível nacional. O PSD nunca teve medo de afirmar que estes jovens são um verdadeiro orgulho almodovarense. -----

Assumimos e assumiremos compromissos claros com o desporto e com o apoio aos atletas, também porque durante demasiado tempo esses apoios ficaram aquém do necessário. -----

Com plena consciência de que este executivo está há menos de um mês em funções, deixo um apelo construtivo e responsável que este seja o início de um caminho consistente de maior valorização e reforço dos apoios aos nossos atletas e clubes, criando condições para que continuem a competir, a crescer e a levar o nome de Almodôvar ainda mais longe. -----

Aproveitando a linha da intervenção anterior, e mantendo o foco na juventude do nosso concelho, gostaria agora de abordar a questão do Orçamento Participativo Jovem.

É importante recordar que existe um projeto jovem já aprovado, validado democraticamente, com verbas associadas e com legitimidade plena. -----

Recordo, não para os deputados do Partido Socialista que cá já estavam e a Vereadora da oposição, neste caso, não reporto para eles porque sabem perfeitamente do que estou a falar, reporto essencialmente para os municípios. -----

Esse projeto representa uma ideia concreta da juventude almodovarense, nasceu da vontade dos Jovens participarem e continua, até hoje, por executar. -----

Senhor Presidente, antes de avançarmos para um novo Orçamento Participativo Jovem, parece-me politicamente responsável e correto, que este novo executivo cumpra aquilo que já foi aprovado. Um projeto que custa dinheiro, que envolve expectativas reais dos jovens e que, infelizmente, não foi concretizado pelo Partido Socialista, sem que tenha sido dada qualquer explicação pública. -----

O Orçamento Participativo não pode ser apenas um exercício simbólico ou um anúncio político quando lhes convém. Tem de resultar em obra feita, em projetos concretizados, em confiança entre os jovens e as instituições, caso contrário, corremos o risco de descredibilizar um instrumento fundamental de participação cívica. Tenho pena que o anterior executivo o tenha feito. -----

Como jovem deputado municipal, considero essencial que este executivo, que está agora no início do mandato, dê um sinal claro: primeiro concretizar, depois avançar. ----

Primeiro executar o projeto jovem já aprovado, honrando a decisão tomada, que tem anos, e só depois abrir um novo processo participativo. -----

A juventude de Almodôvar não pode continuar à espera. Participou, acreditou e apresentou soluções. Cabe agora a esta nova Câmara Municipal liderada pelo PSD, cumprir, o que infelizmente o PS não foi capaz de fazer, executar e demonstrar que a palavra dada aos jovens vale mais do que promessas. Tenho a certeza que o Senhor Presidente concordará com esta sugestão e mostrará que somos diferentes, Vamos executar!" -----

Continuando, fez a sua intervenção o **deputado Bernardo Delgado** que que após os cumprimentos iniciais fez uma saudação muito especial aos municípios de Almodôvar que têm hoje a possibilidade de os ver e assistir através das suas casas aos trabalhos desta assembleia o que até então não acontecia.-----

Começou por felicitar os eleitos locais presentes quer sejam membros da Assembleia Municipal ou da Câmara Municipal e diz "sinceramente que é com enorme gosto que vejo cada um de vós e cada um de nós no lugar que ocupa e aproveito para recordar que poucas coisas serão na vida tão efémeras como o poder e penso que a história de Almodôvar nos últimos 50 anos é bem prova disso. Mais concretamente e politicamente gostava de focar o artigo 49.º do Regimento desta Assembleia que certamente todos os presentes conhecem, nomeadamente no seu número 4, no que concerne à intervenção dos membros da Câmara Municipal, com a autorização do Senhor Presidente, para questionar a Senhora Vereadora do Partido Socialista relativamente à escola secundária

Em primeiro lugar, considerando que o financiamento da CCDR foi perdido por parte do município, o porquê da não devolução do capital tal como se impunha legalmente?---

Em segundo gostaria de saber se é capaz de esclarecer o que levou à perda do financiamento. -----

Tem conhecimento de um estudo de impacte sísmico mas gostava que concretizasse com maior pormenor já que teve responsabilidades nesta área durante os últimos 8 anos. -----

Por fim, se tinha ou se tem noção das consequências legais para o município da não devolução da verba? -----

Questiona tudo isto porque lhe parece estranho que os restantes municípios, nomeadamente Castro Verde, tenham conseguido executar a obra e Almodôvar mais uma vez tenha ficado para trás. -----

Por fim solicito ao Senhor Presidente da Câmara que nos elucide sobre esta matéria".

Interveio o **deputado Fábio Batista** que informou que no passado dia 13 de novembro a "*depressão Cláudia*" assolou a Freguesia de Gomes Aires com o levantamento e a destruição de alguns telhados de habitações. "Quero desde já em nome da Freguesia, na qualidade de Presidente da mesma, agradecer ao Município de Almodôvar, aos Bombeiros Voluntários de Almodôvar, à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, aos Sapadores e aos Funcionários do Município a sua prontidão em ajudar aquela Freguesia, obrigado. -----

Obrigado ao Senhor Presidente da Câmara. -----

Quero questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre a situação do Centro Cultural de Gomes Aires, em que ponto está? E se tem data de início de intervenção. ----

Quero também deixar a questão sobre a ponte da "Estrada Militar" que atravessa a ribeira de Mira em que ponto se encontra e que estado de avanço, previsões de intervenção". -----

Por último, interveio a **Presidente da Assembleia** referindo que "perante todas as intervenções que houve e antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os devidos esclarecimentos que foram solicitados, também gostaria de deixar uma palavra. Agradeço ao Presidente da Junta da Graça de Padrões, o Gabriel Guerreiro, pela lembrança desta comemoração relativa ao cante alentejano e saúdo através desta simbólica mensagem todos os grupos, todos os membros que fazem parte dos nossos grupos de cante alentejano e de todas as pessoas que de alguma forma contribuem para que ele continue vivo apesar das dificuldades que enfrenta esperando também que ele seja mais apoiado, sendo que tentarei também de alguma forma poder contribuir para isso. -----

Também quero saudar os jovens que foram aqui enunciados pelo deputado Tiago Casimiro, os jovens atletas que receberam vários prémios, inclusive que se tornaram campeões nacionais, nomeadamente, a Chiara Brandauer e, mais do que falar neles falar também nos esforços dos pais e engrandecer também esse trabalho, esse esforço e essa dedicação plena dos pais, às associações e aos clubes, porque é com eles também que as associações e os clubes se constroem, se transformam e fazem com que este tipo de

feitos, que os nossos jovens têm tido um pouco por todo o país, consigam ser atingidos. Bem hajam a todos aqueles que também contribuem para isso”.

Posto isto passou ao senhor presidente a palavra para que comece então os devidos esclarecimentos.

Dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, começou por se dirigir aos digníssimos cidadãos aqui presentes, quer online, e àqueles que puderam dedicar um bocadinho do seu tempo para vir aqui falar efetivamente do concelho e daquilo que são as necessárias ocasiões que têm que debater todos em conjunto e conseguirem fazer de Almodôvar um Almodôvar maior e um Almodôvar mais desenvolvido e melhor para as pessoas, para os almodovarenses.

“Respondendo um pouco a todas as questões vou tentar ser o mais sucinto possível. Ao Presidente da Junta de Freguesia do Rosário quero-lhe dizer que em 27 dias ainda não lhe consigo confirmar se os valores serão os mesmos ou não, mas uma coisa lhe consigo confirmar, é que isto vai ser negociado com cada um de vocês como todas as situações que têm ocorrido. Já ocorreu uma conversa com 4 Juntas de Freguesia e quero saudar, uma saudação muito forte, aos Presidentes das Juntas de Freguesia que tiveram a desagregação pelo esforço enorme que tiveram para promover essa desagregação e principalmente saudá-los, todos os 4, pela forma profissional, legítima e de grandeza com que conseguiram fazer aquilo que o Estado teve alguma dificuldade de fazer, ou seja, resolver os problemas que não estavam escritos na lei. Com esses já reiniciamos algumas negociações, não relacionado com aquilo que virá no próximo ano mas queria saudá-los porque é muito importante lembrar que estamos cá todos no mesmo barco e conseguimos efetivamente chegar lá.

Em 27 dias não consigo ainda, mas garanto que serão feitas reuniões com todos e o mais rápido possível e vamos conseguir chegar a esse valor, se será o mesmo ou não até porque em 27 dias ainda não consegui terminar os pagamentos que vão ficando para trás e alguns que vão aparecendo, que não existem nem têm procedimento e, temos que os ir tratando um a um para chegarmos a um resultado final. Nós não podemos assumir um compromisso financeiro se não soubermos quanto dinheiro é que temos ou quanto dinheiro é que virá e todos os dias aparecem novos pagamentos de fornecedores com falta de procedimento, compromissos financeiros, de trabalhos executados que não tiveram procedimento. Todos os dias temos processos destes, todos os dias, alguns vão para a polícia judiciária e outros naturalmente têm o seguimento natural do pagamento.

Nesse sentido não consigo, nesta fase, dar uma resposta se vou manter o valor ou se o vai aumentar, se puder naturalmente vou aumentá-lo naquilo que são os necessários compromissos que as Juntas de Freguesia, e bem, fazem no trabalho que é responsabilidade da Câmara Municipal e que passa para as Juntas e que muito bem o executam, muitas vezes melhor que os serviços municipais. Podem contar comigo para o mais rápido que conseguir, conversar com todos e chegar naturalmente a esse valor porque estamos todos à pressa com o orçamento, nós também, e em 27 dias é-nos colocada aqui a pressão de fazer um orçamento com dados às vezes muito pouco claros.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Almodôvar, o Diogo, coloca aqui uma situação que foi muito complicada e sobre a qual tomei uma posição nas redes sociais, o que raramente faço, e não contem que o faça durante muito tempo ou que o faça repetidamente, que tem a ver com a toponímia. Disse claramente que ruas como a do Mercado e como a rua do Arco na minha presidência não irão mudar de nome, isso ficou claro e efetivamente acabou depois por haver um recuo no executivo anterior destas duas ruas. Depois nas outras duas ruas que foram propostas por esse executivo manteve-se uma, exclusivamente porque não havia nada contra aquela rua, uma pessoa de reconhecido mérito em Almodôvar, a rua não tem nome não iria prejudicar ninguém.

Mas não podemos deixar de ser sensíveis aos munícipes e principalmente voltamos ao que disse há pouco, há o custo que o município teria para fazer uma alteração de rua que já tinha nome, a rua já tinha um nome, poderá vir a ser polémico e temos primeiro

que tudo ouvir os residentes das próprias ruas para os sensibilizar e perceber, nada está em causa, como foi dito pelo Presidente da Junta, da pessoa a quem se queria elogiar com o nome de rua, não é isso que está em causa, está em causa é que na rua São João existem empresas, existem residentes, e tudo isso trazia um custo ao município muito elevado naquilo que era o pagar do custo das alterações dos documentos dos próprios, para uma rua que já tinha um nome. Então nesse aspeto foi falado com a pessoa que ficaria com esse nome de rua, foi negociado com essa pessoa efetivamente o darmos depois ou falarmos com ele depois numa outra rua ou até outra situação tendo em atenção que é um desportista de elevado nome em Almodôvar, poderá até não ser uma rua, poderá até ser uma outra coisa e ele foi sensível à situação e anuiu a que efetivamente isso acontecesse. -----

Na questão, há pouco estava a dizer que é sintomático nós termos no Maldonado 3 ruas que todos conhecemos que é rua A, rua B e rua C e que as pessoas efetivamente já têm todas as coisas em nome da rua A, rua B e rua C, mas é mais fácil explicar a essas pessoas que se calhar ficam melhor com um nome de rua do que rua A, rua B e rua C desde o momento que seja uma vontade das pessoas e naturalmente aí a Câmara terá de fazer o investimento das alterações que houver nessas ruas, mas essas são propostas e existe também a famosa urbanização do Maldonado, que todos conhecemos, que está numa situação neste momento, ainda totalmente parada, é privada, não é do município mas em que o município pode ter um peso de responsabilidade da sua conclusão ou da sua alteração. Estamos a trabalhar nesse sentido com os promotores para encontrar uma solução e devolver efetivamente à sociedade aqueles cerca de 40 lotes que estão ali parados e que necessitam de uma resposta havendo em Almodôvar uma necessidade emergente de mais habitação. -----

Senhor Francisco Abreu, na questão dos médicos fui sensível a essa situação ainda na campanha eleitoral e já nessa altura falei com a ULSBA e voltei a falar agora sobre este assunto. Como todos sabemos a colocação dos médicos ou a sua recolocação quando eles assim o entendem não depende dos próprios nem sequer depende da Câmara Municipal depende do Ministério da Saúde. Eles estão alertados para essa situação, cada médico em Almodôvar tem sensivelmente 1500 utentes, portanto estamos a falar de um médico que é médico de família de 1500 almodovarenses se nós já tínhamos 200 ou 300 Almodovarenses sem médico de família vamos passar a ter 1700. Estou naturalmente sensível e muito a essa situação tendo em atenção a idade, tendo em atenção inclusivamente as extensões de saúde onde o mesmo dava as suas consultas e todo o impacto que isso terá e essa sensibilidade levou-me já a contactar duas vezes a ULSBA e estar sempre em cima porque agora é que efetivamente o médico irá sair e temos que inverter rapidamente essa situação nem que tenha que se sentar 24 horas na ULSBA até lhe encontrarem solução. -----

Sobre o exposto pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Graça dos Padrões, sou muito sensível à situação que se passa na Graça, naquilo que é o impacto da sociedade mineira que desenvolve a sua atividade económica por baixo da freguesia. Tenho sido sempre sensível a essa situação, ainda não tive ocasião de reunir com a nova administração, enquanto Presidente de Câmara, a nova administração na altura também não reuniu com os candidatos, não houve essa necessidade, essa capacidade, mas são dois pontos que estão em cima da secretária para assim que possível falar. Tem a ver sempre com o impacto da mina, impacto que são os disparos, quer inclusivamente na falta de água que existe na freguesia da Semblana em virtude do perfurar da terra que a mina faz e nos furos onde desaparece toda a água. Estou sensível a essa situação porque embora tenha havido um acordo com a mina, num custo de parte da água que era consumida pelos cidadãos moradores nessa freguesia, sabemos hoje que eles pretendem terminar, a água já não é da mina porque não era legalmente possível, a água já é das Águas do Alentejo e isso pode vir a promover alguns custos maiores para o município e teremos que encontrar novamente com a mina uma solução para essa

situação, inclusivamente, para o facto que foi colocado sempre, que é terem que ser todos os cidadãos iguais, não podem ser uns cidadãos que têm um acordo mais antigo e pagam menos água e os cidadãos que se querem lá colocar e que pagam mais só porque são mais recentes, temos que encontrar aqui uma equidade naquilo que é a resposta a todos os cidadãos da freguesia. Estou muito preocupado com isso e naturalmente irei encetar rapidamente uma tentativa de contacto com a mina, que com toda a certeza querem reunir connosco, porque também já me chegou essa informação, que eles querem reunir com a Câmara Municipal. -----

Agradecer mais uma vez, a Senhora Presidente da mesa já agradeceu, mas agradecer mais uma vez a lembrança, efetivamente acordei hoje de manhã logo com esse pensamento, a rede social não transmitiu mas tinha isso na minha mente. É muito importante o cante alentejano, é muito importante que continuemos a apoiar o cante alentejano e contem com a Câmara Municipal para apoiar, na medida daquilo que é possível à Câmara, o cante alentejano e todas as outras atividades de cante que existem em vários pontos do concelho, portanto a Câmara será naturalmente um parceiro vosso e será com toda a certeza um apoiante naquilo que de nós precisarem. -----

A questão da ponte é novidade, desconhecia e agradeço também essa situação, sendo que iremos enviar como já enviamos agora em Gomes Aires a equipa técnica da Câmara, quer o vereador quer a outra equipa técnica que estiveram em Gomes Aires a avaliar também uma obra de arte dessas e iremos enviar lá o mais rápido que conseguirem para avaliar efetivamente das condições, ou não, para ser transposto com qualquer peso ou não, é uma questão que se houver dúvidas naturalmente tem de ser submetido com os custos de engenharia, um investimento. Vão lá passar o mais rápido possível e muito obrigada pela lembrança. -----

A professora Fernanda Caetano, no que concerne à escola secundária herdamos uma situação muito difícil, a escola secundária de Almodôvar, há muitos anos que precisava de ser recuperada como as outras, que aconteceu em Castro e aconteceu noutros concelhos, e que tiveram financiamento como esta também já teve 2 financiamentos distintos e que os dois foram sendo perdidos ao longo destes anos. Sabemos que efetivamente há projetos e os fundos vão mudando, ou seja, vão colocando novos impulsos naquilo que é cada fundo ao longo dos anos. Achamos estranho como é que outros concelhos conseguiram fazer e efetivamente Almodôvar não conseguiu. O projeto da escola secundária neste momento sofreu um volte-face tendo em atenção o estudo de risco sísmico que foi pedido e levou um ano e tal para ser feito porque só há uma empresa em Portugal que faz esse estudo de risco sísmico. Esse estudo veio colocar a nu algumas debilidades que o edifício tem, debilidades até bastantes grandes e veio aumentar os já mais de 6 milhões de euros de investimento em mais 1 milhão e de acordo com o que temos conhecimento do Ministério da Educação, os espaços comuns também têm que estar incluídos na recuperação da escola, não poderemos fazer como se estava a pensar de recuperar dois blocos e a parte exterior, neste momento temos que rever o projeto na sua globalidade, ou seja, os 3 blocos, o espaço exterior, os espaços comuns e o gimnodesportivo, tudo isso tem que ir para projeto o que nos está a colocar grandes problemas porque constatamos que o BEI vai ter exatamente o mesmo valor que teve a recuperação no âmbito do PRR que é os 4.5 milhões de euros e só o projeto já está em cerca de 7 milhões e ainda falta as partes comuns e o gimnodesportivo. Naturalmente, temos que olhar para este projeto como altamente prioritário e é assim que o estamos a fazer. Já tivemos reuniões com uma empresa de estudos, já estivemos a avaliar um pouco daquilo que diz o estudo de viabilidade, no entanto, existe ainda a necessidade de fazer mais estudos de viabilidade nos edifícios que não estavam comprometidos para o investimento nesta fase, o que estamos é a tentar perceber como é que colocamos o projeto final onde existe um concurso público, ele foi adjudicado, foi contratado e esse encontra-se no tribunal de contas. -----

Aquilo que preveem é que ele seja rejeitado pelo tribunal de contas, o Visto, porque não tem financiamento. Como foi perdido o financiamento do PRR, neste momento o contrato da escola não tem nenhum tipo de financiamento, poderá ter se o candidatarmos ao BEI mas só podemos candidatar ao BEI se tivermos todos os projetos executados, portanto pescadinha de rabo na boca, é o ponto de situação que temos da escola secundária. -----

Deputada Ana Guerreiro a questão da presidência aberta foi uma questão colocada por mim e pela necessidade que entendo que o Presidente de Câmara e com o executivo que também o acompanhou em alguns momentos em que era necessário alguma situação, no caso do Eng.º José Guerreiro acompanhou-o nas situações dos edifícios que tiveram a ver com a “*depressão cláudia*” e aproveito e respondo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gomes Aires nesse sentido e também no contacto que fizeram com a população no último dia, que foi muito importante e muito bom, tivemos a sala cheia, cada pessoa que quis colocou as questões que assim entendeu e estiveram sempre livres para responder a todas essas questões. Durante estes 3 dias foram visitados alguns pontos importantes da freguesia acompanhado pelo Senhor Presidente da Junta que foram aqueles pontos que entendia que seriam os mais importantes. Foi identificado que na ponte da estrada militar por causa da “*depressão cláudia*” houve um agravamento da sua situação, segundo diz o Senhor Eng.º José Guerreiro que estava cá nessa altura, que na parte mais próxima de Gomes Aires, nascente, já tinha havido uma intervenção para que não existisse erosão por parte das águas mas, na parte poente da ponte essa intervenção não foi feita até porque é muito mais íngreme o declive para se poder fazer a intervenção. Foi identificado lá um problema de segurança, já foram colocadas algumas baias na ponte, neste momento só se passa num dos sentidos, é um sentido alternado e a ponte vai ser submetida a um estudo inicial. Tem de ir lá uma máquina tirar um pouco do alcatrão que está nesse canto para perceber qual é a dimensão do problema e depois naturalmente estudada a solução para aquela ponte. ----

Essa presidência aberta trouxe também alguns problemas da freguesia como é a questão da ETAR que está completamente cheia, precisa de ser limpa e está em estudo pela Câmara Municipal, quer essa ETAR quer outras que já estavam também em estudo. Nós estamos preocupados até porque temos financiamento, a Câmara já tem há alguns anos financiamento através da ITI para intervencionar essas ETAR's mas não têm sido intervencionadas, tem de se fazer esse trabalho e existe um terreno que foi comprado em Gomes Aires para fazer o acréscimo da ETAR que já existe, ou seja, é uma de duas soluções ou é uma ETAR completamente nova, mas aquilo que parece mais lógico aos técnicos é uma 2.ª fase da ETAR portanto, a 1.ª fase fazer uma primeira limpeza da parte mais bruta e existir depois uma 2.ª fase que purifique a água para ela entrar depois no rio sem haver algum problema. Foi identificado também e foi visitado, já tínhamos conhecimento mas foi visitado, o lagar que foi adquirido pela autarquia já há muitos anos, sendo que a “*depressão cláudia*” criou lá alguns estragos, arrancou um pouco do telhado que ele ainda tinha na sala principal e estamos neste momento à procura de empresas que façam o projeto de museologia daquele espaço para promover o desenvolvimento económico da freguesia e da sede de freguesia em Gomes Aires. -----

Estamos também a articular e a pedido do Senhor Presidente da Junta que seja estudada a colocação de carregadores elétricos de automóveis para que as pessoas que utilizam a A2 possam parar naquela localidade para carregar os seus automóveis desenvolvendo assim a parte económica da aldeia naquilo que é a parte da alimentação dos restaurantes, pelo menos 2, que lá existem a parte das mercearias e todo o negócio que possa vir em crescendo. -----

Foram identificados também caminhos que estão em situação muito má, também pela “*depressão cláudia*”, temos 1 km de caminho, estamos a adjudicar para resolver de imediato essa situação, que é um casal que não consegue sair de casa com o seu carro porque efetivamente as niveladoras passavam e entupiram os pontões e depois com o

entupimento dos pontões a estrada ficou completamente alagada e eles não conseguem sair de lá, isso já foi identificado já têm pelo menos uma empresa. Temos o problema das empresas que prestam alguns trabalhos porque era prática comum do anterior executivo, executar até aos 30 mil contos, desculpem usar os 30 mil contos, mas era o máximo e temos praticamente todos os nossos empresários de Almodôvar “tapados”, ou seja, não podem fazer trabalhos para a Câmara Municipal porque esgotaram o máximo que podiam em ajustes diretos para a Câmara Municipal e isso coloca-lhes logo um problema, isto é, para perceberem, a resolução do problema deste casal é um trabalho de 1700 euros que a Câmara está com dificuldade de encontrar um empreiteiro porque em grande parte está tudo “tapado” com obras públicas e depois temos todos estes constrangimentos que acontecem quando queremos fazer mesmo alguma situação -----

Na questão das alterações climáticas ao que sabemos iniciou-se um estudo nesse sentido mas não existe um plano definido nesta área existe dinheiro no ITI também para fazê-lo e estamos a estudá-lo mas tem que ser justo e tenho que lhe dizer que em 27 dias ainda não tive ocasião de agarrar este processo.-----

No que concerne à “*depressão cláudia*” a tempestade que ocorreu e que nos deu aqui muito trabalho em Gomes Aires tivemos o centro cultural que ficou sem telhado ele voou na integra, não foi uma chapa que voou foi mesmo o telhado todo inteiro e foi-se partindo no ar ao longo do seu percurso tendo ficado telhas a mais de 30 metros, se calhar mais, do sítio original onde ele se encontrava. Neste momento, já foi feito um novo projeto para o telhado e para que não lhe aconteça o mesmo tecnicamente é feito para que o vento nunca o agarre, essa parte não está ainda orçamentada, está feito o desenho da solução encontrada, não o projeto. -----

Na questão de São Barnabé foi deslocado pela Câmara Municipal uma retroescavadora para fazer a limpeza de alguns caminhos, a retirada de vários aluimentos de terras nos taludes, a máquina ainda lá se encontra. No acesso à fonte e face à cheia que houve demasiado elevada pelo que tenho conhecimento é a terceira vez que aquilo acontece, foi solicitado pela autarquia e já está feito a recolocação dos pilaretes de segurança das pessoas para que possam passar pela ponte já estão lá instalados, foi adjudicado de imediato e está instalado. -----

No campo de tiro no Barranco Belchior Dias, existe 2 pontões que a água passou mais de 50 cm acima dos próprios pontões o que levou toda a terra e eles ficaram sem praticamente terra, houve aqui um apoio extraordinário da Junta de Freguesia de Santa Cruz e também de vários elementos da Câmara Municipal e foi recolocado de imediato a estrada transitável tendo em atenção que a própria associação de tiro tinha lá um torneio no fim-de-semana seguinte e de imediato a colocaram transitável.-----

Entendemos que a situação não está terminada, não é concluída porque se a água voltar a transpor o pontão voltamos a ter exatamente o mesmo problema e vãos estudar uma solução definitiva para que isso não aconteça. -----

Lembrar ainda e dar um agradecimento especial a todos os que se empenharam quer a Junta de Freguesia de São Barnabé, a Junta de Freguesia de Santa Cruz, a Junta de Freguesia de Gomes Aires que se empenharam na solução imediata deste problema, do nosso Corpo de Bombeiros que foi incansável, da GNR que também foi incansável em apoiar porque na Nacional 2 tivemos várias quedas de ramos e de árvores e em varias outras situações e todos os Municípios e Funcionários da autarquia que um aqui e outro ali conseguiram ajudar a que rapidamente chegássemos a uma solução de apraz e uma solução em que poderíamos utilizar as estradas e todos os equipamentos que sofreram.

Com respeito à iluminação da vila, efetivamente foi adjudicado e foi colocado pelo executivo anterior uma nova iluminação na igreja, de led, foram substituídos as luzes que lá estavam por umas de led, trabalho esse que ainda não está totalmente entregue, existem ainda testes a serem feitos e efetivamente verificou-se que nalguns dias a luz tinha falhado, a luz da igreja, penso que foram 2 dias, foi o relógio devido a uma quebra

de eletricidade e depois a empresa, que ainda não entregou a obra na totalidade, veio e resolveu a solução.-----

Com respeito a algumas iluminações, na serra, nalgumas aldeias e até aqui em Almodôvar, na questão junto à ponte da Nacional 2 como quem vai para o cemitério, temos alguns problemas de iluminação que têm a ver com as lâmpadas que estavam nessas luminárias, essas lâmpadas já não existem, portanto são luminárias muito boas, são de qualidade melhor do que aquelas que são instaladas agora pela EREDES mas as lâmpadas que elas usavam já não se fabricam mas a EREDES, tivemos reunião na passada sexta-feira, veio apresentar uma solução que vai ser testada naquela travessa da oficina do Carlos Vale, nessa travessa há 3 ou 4 lâmpadas que estavam fundidas e vamos testar estas novas lâmpadas da EREDES antes de tirar as outras todas que estamos a utilizar, algumas estão fundidas outras não, são no fundo lâmpadas de led iguais aquelas que nós compramos para as nossas casa mas de rua e com uma durabilidade muito maior.-----

Foi-nos apresentado pela EREDES e chegamos à conclusão que seria importante testar num sítio e depois verificar se é possível ou não.-----

No que concerne aos chuveiros das piscinas, quando chegamos ao município tinha sido identificado numa análise do Ministério da Saúde, que faz análise às águas quentes, especificamente nas piscinas e nos espaços onde elas são utilizadas. Foi identificado já há algum tempo, mais de um mês, não pode precisar a data, a existência de legionella na água quente. De imediato o executivo anterior, e bem, cancelou os banhos e o que dizem as normas neste sentido é que têm que existir 2 análises em que a legionella venha negativa e são separadas por 15 dias, a primeira, veio no final da semana passada, temos que aguardar mais 2 semanas para que seja feita a segunda análise e se essa análise vier negativa naturalmente que os balneários vão ser abertos na plenitude e por isso é que eles estão encerrados.-----

Caro deputado Tiago obrigado pelas palavras é sempre importante ouvir os jovens defender os jovens. No que concerne àquilo que o Tiago lembrou, e muito bem, das dezenas de jovens de Almodôvar que têm premiado Almodôvar com o seu trabalho, ou seja, com o fruto do seu trabalho e com os prémios que trazem para Almodôvar a Câmara irá promover a gala do desporto para que eles sejam publicamente reconhecidos, até pelos seus pares, sabemos que todos esses jovens e crianças trazem esses prémios não fazem a sua vida na diversão noturna e na utilização muitas vezes de espetáculos têm um empenho muito grande, como a Senhora Presidente também referiu, os pais têm um investimento enorme para que eles consigam ter esse sucesso e eles têm que ser reconhecidos perante os seus pares e perante a sociedade almodovarense, quer os jovens quer os não jovens, vamos tentar promover este ano já a gala do desporto e reconhece-los nesse sentido.-----

Lembrar também que no âmbito do Orçamento Participativo o executivo entendeu que não se justificava fazer outro Orçamento Participativo se ainda está em aberto a execução do que os jovens decidiram no anterior Orçamento Participativo e entendem colocar no próximo orçamento de 2026 a execução do projeto definido pelos jovens no Orçamento Participativo que tinha a ver com a colocação de alguns equipamentos que ajudassem ao banho na Barragem e que eles poderiam promover ali alguma atividade nesse sentido.-----

O caro deputado Bernardo Pereira efetua uma pergunta concreta à Senhora Vereadora Ana Carmo, e naquilo que me é dito e dentro de um quadro de democracia plena, entendo que se qualquer dos Vereadores pretender responder a qualquer questão está automaticamente autorizado.-----

No âmbito de manter uma democracia plena se qualquer dos Vereadores for questionado e pretender responder e se a Vereadora quiser responder ao deputado, terá toda a liberdade para o fazer.-----

No que concerne à escola pensa que está esclarecida a questão e deixa a palavra à Senhora Vereadora se pretender responder. -----

Assim, de acordo com o artigo 49.º do Regimento o Presidente da Câmara deu a palavra à **Vereadora Ana Carmo**, que iniciou por referir que “na passada reunião de Câmara tive oportunidade de esclarecer o executivo da Câmara e também o Senhor Presidente acerca daquilo que foi ou tem sido o projeto da Escola Secundária Dr. João de Brito Camacho. Como sabem, foi um projeto que tem demorado muitos anos infelizmente, todo o processo foi um processo muito moroso, teve muitos percalços foram muitas candidaturas feitas e confesso que foi sempre, digamos, o calcanhar de Aquiles naquilo que foram os 2 executivos em que estive envolvida. Não venho aqui dizer que não tenho culpa mas também quero deixar presente a todos que fizeram aquilo que efetivamente esteve ao seu alcance, não foi um projeto fácil e não vai ser com certeza um projeto de fácil execução. Tiveram com certeza dificuldades porque desde a primeira instância em que conseguiram efetivamente concretizar e apresentar o projeto na Escola Dr. João de Brito Camacho, a quem quis estar presente para conhecer aquilo que efetivamente era o projeto para aquela escola, desde esse momento aproveitámos aquilo que estava disponível em termos de candidaturas e nessa altura estava disponível ainda, digamos, que aquilo que vulgo pode dizer “os restos” dos fundos comunitários ainda do 20/20. -----

Nesse momento procedemos então à elaboração da candidatura de acordo com os requisitos que efetivamente nos foram pedidos para esta candidatura, acontece, que por problemas, digamos assim, e depois falta de verba para esta obra tivemos que avançar para uma candidatura seguinte de acordo com aquilo que foi efetivamente orientado pela CCDRA. -----

Seguidamente, o que acontece é que mais uma vez tivemos que reformular aquilo que era o projeto da Escola Dr. João de Brito Camacho, tivemos também que reformular porque os requisitos que nos estavam a indicar para a candidatura que deveriam efetivamente, agora sim, colocar este projeto já eram diferentes e mais uma vez tivemos de reformular aquilo que estava previsto em projeto e faz com que tivéssemos de ter feito adaptações não só ao projeto e de ter envolvido também a empresa de arquitetura que estava com este projeto em mãos, foram feitas reformulações, a equipa de candidaturas da Câmara Municipal também adaptou a própria candidatura às novas exigências, já desta tipologia de candidaturas, neste caso aos fundos do 20/30 e em determinado momento aquilo que nos é dito é que efetivamente a Escola EBS Dr. João de Brito Camacho surge na lista, no ranking de escolas, com prioridade 1 em termos de emergência de obras para esta escola e portanto, sai diretamente da esfera da Câmara Municipal aquilo que é a possibilidade de fazermos a candidatura que já estava prevista. Logo de seguida o que fizemos foi fazer nova candidatura já neste momento por indicações do Ministério portanto no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência. Mais uma vez os requisitos para as candidaturas do PRR eram muito diferentes e são diferentes daquilo que eram as candidaturas anteriores e, neste, surge então a necessidade do plano de avaliação sísmica que não existia até à altura como exigência ou requisito para as candidaturas em que estavam a trabalhar. Ficamos novamente com um novo problema porque efetivamente, e o Presidente aqui também já disse, tal como também teve a possibilidade de o fazer em reunião de Câmara, é que empresas que façam a elaboração deste plano existem poucas e neste caso tivemos que aguardar porque efetivamente, aguardamos e não foi muito porque, demos muita urgência nesta matéria e conseguimos contratar a empresa para começar a trabalhar neste plano em um mês e meio por aí. -----

Acontece que este é um processo moroso, envolve muitos testes, foram testes que se arrastaram durante meses, no entanto, isto não foi condicionante para nós não avançarmos com a candidatura, continuamos a trabalhar com a candidatura e tínhamos com certeza garantias que poderiam começar a obra. O que acontece é que a data de

execução da obra da Escola Dr. João de Brito Camacho para a sua requalificação demoraria mais do que o programado para o PRR, ou seja, iríamos terminar já depois da data do término do PRR e portanto essa foi uma das razões pelas quais nos obrigamos a ter que retirar a possibilidade da candidatura via PRR, retiramos, o que é que fizemos? Não baixamos os braços, pedimos uma reunião de emergência na CCDRA, de facto, foram ouvidos, levamos a equipa da Câmara não só das candidaturas mas também da Divisão Administrativa e Financeira. Fomos acompanhados destas 2 equipas para conseguirmos negociar junto da CCDRA porque se já não poderiam utilizar candidaturas através do PRR teriam que ficar com alguma segurança para conseguir executar por outra via. Nesta altura aquilo que nos é dito na CCDR é que efetivamente pelo PRR não conseguiríamos, isso era já um ponto assente, e que no futuro o governo estava para apresentar muito em breve aquilo que seria as negociações com o BEI. Na altura, lembro-me bem, não se sabia aquilo que iria ser os acordos com o BEI e, sem sabermos como é que iria funcionar, se isto seria um encargo financeiro muito grande para a autarquia, agora já temos mais elementos mas, na altura, ninguém sabia muito bem como é que iria funcionar os empréstimos via BEI, e aquilo que deixaram em cima da mesa, o acordo que ficou foi efetivamente não devolvermos aquilo que tinha sido o adiantamento por via do contrato já assinado, para conseguirmos ter uma garantia em termos de negociação do governo, neste caso diretamente com a Câmara e com o BEI e foi esta a única situação. Pelo que sabe, acha que o dinheiro não foi mexido continua lá portanto e nesse aspeto todos os municípios podem ficar descansados. Houve de facto aqui muita conversa, lembro-me bem até ainda em reunião de Câmara enquanto estava no executivo em funções. O que acontece é que foi dado muito alarmismo em que efetivamente 1 milhão e 200 já estaria reservado para outros fins, não, este dinheiro nunca foi mexido e estava lá efetivamente para utilizarmos assim que pudéssemos avançar com a obra.-----

Quanto às implicações legais como o senhor deputado aqui coloca parece-me que implicações legais neste momento não existirão, com certeza é uma questão agora do senhor Presidente da Câmara, caso decida, apenas fazer uma interpelação junto da CCDR para efetivamente fazer a devolução daquilo que foi o adiantamento de 1 milhão e 200 mil porque pelo que sei continua em tesouraria na Câmara.-----

De resto, de facto como disse, este projeto de requalificação da Escola Dr. João de Brito Camacho tem sido de facto complexo e as variáveis têm vindo a alterar ao longo do caminho e se nos lembrarmos infelizmente passaram aqui por momentos difíceis, não estou a falar em termos de gestão, estou a falar em termos de duplicação de valores de obra e se no início tínhamos um projeto na volta dos 2 milhões e pouco neste momento o projeto da Escola Dr. João de Brito Camacho já está a ultrapassar os 7 milhões, alguma coisa aqui se passa e, o que se passa, foi também aquilo que foi o resultado do aumento dos preços na economia global que também veio contribuir para todo este incremento e toda esta inflação naquilo que é o valor de obra, portanto, apesar do plano de avaliação sísmica vir a revelar, porque no início houve dúvidas quanto à tipologia de obra a fazer, se neste momento o plano de avaliação sísmica vem efetivamente ditar que efetivamente há problemas maiores do que aqueles que todos nós pensávamos que existiam mas não no grau que efetivamente existem, é efetivamente o resultado de um trabalho que veio a partir deste relatório que antes não era obrigatório, só neste momento é que ele é apresentado nos moldes em que é apresentado. É digamos, que um projeto difícil mas que acredito com certeza que conseguiremos ultrapassar porque já estivemos bem mais longe de conseguir resolver e portanto, neste momento aquilo que me parece que é o viável é tentarmos partir para um novo projeto, ou partir do projeto que está e tentar fazer um novo, vai demorar algum tempo mas se já existe uma base é pegar na base e tentar adaptar àquilo que vem identificado no plano de avaliação sísmica, claro que isto significará com certeza novamente um aumento do valor porque acredito que nesse relatório com base no que

está descrito, teremos que partir para uma obra muito mais de raiz, mas acredito que com vontade e empenho e tentativas de encontrar soluções junto de financiamentos que estão disponíveis e negociações via BEI com certeza conseguiremos fazê-lo pelo que me parece que temos que continuar a trabalhar nesse sentido. -----

Foi dada a palavra outra vez ao **Presidente da Câmara** que quis acrescentar, “para terminar, que a Senhora Vereadora sabe que já devolveram o dinheiro, o dinheiro já não está em Almodôvar, na última reunião de Câmara tinha-lhe dito, como questão de informação, que iria devolver”. -----

(FALARAM DA BANCADA NÃO É PERCETÍVEL) -----

Continuando disse que “quando diz que faz, faz.”-----

Naquilo que ainda falamos no processo da escola devo lembrar que efetivamente o valor é muito elevado e vai ser muito elevado em relação aquilo que foi inicialmente previsto. -----

Lembro ainda que a não devolução implicava 2 coisas: uma enquanto cidadãos que todos somos e a outra enquanto município. O município teve a primeira indicação de devolução em março, teve negociações para devolução entre abril e junho deste ano, já estamos no fim do ano e isto para mim já está quase a terminar. Em junho teve uma notificação de devolução, a notificação de devolução teria de ser efetuada, a sua tomada de posse foi 31, e no dia 3 era o último dia para a devolução do valor ao que solicitamos o acréscimo de mais um mês, que foi dado pela CCDR, o que implicava que todos os projetos que a Câmara Municipal tinha na CCDR e que fizesse pedidos de pagamento nenhum deles seria satisfeito até à devolução do valor e tinha início o pagamento de juros desde essa data. Como cidadão isto é o quê? É um valor de 4.5 milhões de euros que a Câmara de Almodôvar se não desistisse e se não fizesse a entrega não iriam ser gastos e todos os portugueses sempre perguntam porquê que nós devolvemos dinheiro à União Europeia que não executamos é por esses motivos por essas pressões, e por essas forças, e por todas as tentativas, porque sabia-se perfeitamente que se ele não podia ser utilizado até junho, há de certeza outro município que foi muito mais célere e que tem projetos e que os pode colocar e executar até junho sendo que há obras que outros municípios já têm, já aconteceu por exemplo com o ITI com Mértola e com outros. -----

Naquilo que concerne ainda do Presidente de Junta de Gomes Aires, o Fábio, pensa que ficaram esclarecidas as situações pendentes à “*depressão cláudia*” e aos necessários investimentos que vão ser feitos e naquilo quando falei sobre essa situação. -----

(A SENHORA VEREADORA ANA FALOU DA BANCADA NÃO É PERCETÍVEL) -----

A **Presidente da Assembleia** pediu desculpa à Vereadora Ana e diz-lhe “que de acordo com aquilo que é o Regimentado, não ouvi aqui nada que pudesse conferir direito de defesa da honra portanto acho que estamos conversadas.”-----

O Senhor Presidente respondeu. Fez a intervenção dele é normal, fez um esclarecimento. -----

A Senhora Vereadora já teve a sua autorização, e a resposta do senhor Presidente não lhe afetou em nada a defesa da honra portanto penso que estamos a cumprir com aquilo que está regimentado. -----

Estamos fechados em relação a todos os esclarecimentos e a todas as intervenções que foram feitas. Só para terminar, gostaria de relembrar neste período que a Assembleia Municipal desenvolveu uma iniciativa que assinalou os 50 anos decorridos do 25 de novembro de 1975, junto dos mais jovens. A Assembleia em articulação com o Agrupamento de Escolas de Almodôvar e com o Conselho Pedagógico conseguiram encher a sala do Cineteatro com os jovens que se juntaram para perceber afinal o que

era o 25 de novembro de 1975. E foi um momento, extremamente salutar onde o Cineteatro se encheu de perguntas, de reflexões, de esperança. -----

Quero deixar aqui um profundo agradecimento aos oradores que tivemos na tertúlia, o Professor Rui Santana, o Dr. Carlos Coelho que veio de Lisboa de propósito, ao Tiago Casimiro que passou o seu testemunho enquanto jovem, enquanto jovem extremamente ativo naquilo que é a participação cívica e deixo também um agradecimento muito especial aos deputados eleitos, aos Presidentes de Junta e ao Executivo que deu todo o apoio para que este processo acontecesse assim, como ao próprio Agrupamento de Escolas, na pessoa da Professora Raquel Forca, a sua Diretora e, à Professora Paula Lagarto que fizeram a ponte com todos os professores do ensino secundário a quem agradece também por terem levado e estado com os seus alunos para lhes proporcionar esta experiência. Foi um dia muito bom em que na sua opinião e, foi transmitido também em direto, pelo que quem quiser tomar e ver o que que aconteceu naquela sala, pode perceber que foi finalmente voltar a sentir o pulsar da democracia na nossa juventude”. -----

C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

C.1 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE O VOTO DE PESAR PRESTADO PELO MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR, DECORRENTE DO FALECIMENTO DO EXMO. SENHOR DR. FRANCISCO PINTO BALSEMÃO:-----

Continuando, a **Presidente da Assembleia**, leu na íntegra o voto de pesar que aqui se dá como totalmente reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao livro de atas. ----

A Assembleia por **unanimidade, com 22 votos a favor (PS/PSD/UPF), deliberou:** - **APROVAR o Voto de Pesar**, prestado pelo Município de Almodôvar, na sequência do falecimento do Exmo. Senhor **Dr. Francisco Pinto Balsemão**, que será posteriormente remetido aos seus familiares, expressando, desta forma, as mais sentidas condolências.- -----

C.2 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

A **Presidente da Assembleia** iniciou o ponto e explicou aos “senhores deputados municipais que a presente proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal visa colocar em primeiro lugar as 2 freguesias desagregadas, integrar novamente as 4 freguesias, que agora compõem também este órgão, assim como introduzir de forma expressa a possibilidade da transmissão em direto das sessões deste órgão deliberativo em suporte áudio visual como está a acontecer através das plataformas digitais, colocadas ao dispor do município para todos vocês, ou pelo menos a maioria. Esta é uma proposta que o PSD vinha defendendo desde 2017. A consagração desta faculdade encontra fundamento no princípio da publicidade dos órgãos representativos do poder local decorrente do Regime Jurídico das Autarquias Locais os quais estabelece que as sessões da Assembleia Municipal são por regra públicas permitindo o acompanhamento pelos cidadãos dos trabalhos e deliberações que relevam para a vida do município. -----

A transmissão em direto das sessões constitui assim um mero desenvolvimento técnico do princípio da publicidade não alterando a natureza, as competências ou o funcionamento da Assembleia Municipal mas ampliando por via digital aquilo que é o acesso público às sessões, designadamente, dos cidadãos que por razões profissionais, mobilidade ou até de residência não podem deslocar-se ao local de realização. -----

Só para que tenham noção, têm estado mais de 160 municípios em direto a ver esta Assembleia Municipal. -----

Cumpra ainda salientar que o atual Regimento da Assembleia Municipal se encontra desatualizado, sei que este ponto não está diretamente na ordem de trabalhos mas

quero aqui deixar esta nota, que a última alteração do Regimento remonta a 2017 e é necessário começarmos a refletir em vários aspetos e haver uma evolução legislativa, portanto, uma evolução deste Regimento para que ele seja objeto de uma análise profunda e sistemática e que seja revisto globalmente de forma a assegurar a sua adequada atualização e a respetiva conformidade com a realidade presente do município e do quadro jurídico em vigor. -----

Portanto, a grande proposta parte então, como já disse há pouco, da questão das Freguesias desagregadas e da possibilidade desta transmissão em direto para o público.

Refiro que esta iniciativa respeita integralmente as orientações emitidas pela Comissão Nacional de Proteção de Dados, assegurando a compatibilização entre a transferência da atividade deste órgão e a tutela dos direitos fundamentais à reserva da vida privada e à proteção dos dados pessoais. -----

Nestes termos e considerando que a presente proposta reforça, na opinião do PSD, a transparência, a responsabilização política dos eleitos locais e a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas sem afetar o regular funcionamento da Assembleia nem os direitos dos seus membros.-----

Submete-se então à elevada apreciação de vossas excelências a alteração a este Regimento com vista à aprovação desta norma que prevê a transmissão em direto das sessões deste órgão bem como a constituição do referido grupo de trabalho para a revisão global do regimento da Assembleia Municipal.-----

Portanto, institui esta 2.ª proposta que poderá ser depois vinculada na próxima sessão mas deixa este desafio, digamos assim, já para ambas as bancadas, para que pensemos em criar um grupo de trabalho para fazermos a Revisão então ao Regimento”.

Prosseguindo com os trabalhos, a Presidente da Assembleia abriu as inscrições para este ponto, tendo registado a inscrição do **deputado Bernardo Delgado** que referiu “que o Grupo Municipal do PSD se revê nesta proposta de alteração do Regimento não só pela necessidade de alteração tendo em conta as mudanças na composição do quórum resultante da desagregação das Uniãos de Freguesia mas também, acima de tudo, pela inclusão da transmissão de vídeo das sessões da Assembleia Municipal que é já uma antiga aspiração da bancada do PSD. Esperamos, tal como a mesa, que este possa ser o mote para a constituição de um grupo de trabalho com vista a uma Revisão integral do Regimento que se mostra manifestamente desadequado”.-----

A **Presidente da Assembleia**, referiu que ainda queria deixar a indicação de que esta alteração vai ser enviada para a Comissão Nacional de Proteção de Dados para que seja devidamente oficializada, digamos assim, e aprovada também se bem que foi toda vista logo tendo em consideração todos os pressupostos deste órgão.-----

Finda a intervenção, a Presidente da Assembleia colocou a matéria à votação a tendo a Assembleia Municipal **por unanimidade**, com 22 votos a favor (PS/PSD/UPF), **deliberado, aprovar a ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, nos termos propostos. -----

C.3 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA PARA AUTORIZAÇÃO DO VALOR DA REALIZAÇÃO DAS OBRAS OU REPARAÇÕES POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA: -----

A **Presidente da Assembleia** iniciou o ponto e perguntou ao Presidente da Câmara se queria intervir relativamente a este assunto e dar alguma explicação aos Senhores Deputados Municipais. -----

O **Presidente da Câmara** começou por dizer que a única intervenção que pode fazer sobre isto é um esclarecimento total naquilo que poderá estar nesta proposta. “É uma proposta que já vem do antecedente, antecedente também que utilizava esta proposta e tem a ver com uma possibilidade na lei que permite nas administrações diretas, ou seja,

naquilo que são as obras que são administradas pela Câmara Municipal, em vez dos 30 mil contos, desculpem estar utilizar isto, porque efetivamente é a transferência dos 30 mil contos para euros os 149.639,37 € para 300 mil euros, isto é, única e exclusivamente como está na Lei. O cumprimento do CCP mantém-se, é o código onde define como é que se gastam os dinheiros públicos, mantém-se naturalmente, isto não tem nada a ver com o código de compras públicas, tem única e exclusivamente a possibilidade de a Câmara Municipal poder decidir fazer obras até 300 mil euros com adjudicação, portanto, com administração direta. Depois, está aqui a adjudicação direta que vai criar aqui algum erro, isto é administração se o precisar de fazer, o quê que isso permite é que todas essas obras ou seja o gasto público já foi aprovado naquilo que é o orçamento que é aprovado neste órgão, o gasto público a nível do orçamento do próximo ano depois a utilização desse dinheiro naquilo que está previsto no orçamento poderá ir até aos 300 mil euros em administração direta, através da Câmara o que veio trazer aqui é um aumento nestas obras. -----

Todos sabemos que as obras são sempre mais caras, um aumento nestas obras que permite não termos que fazer sempre Assembleias Municipais para obras que sejam acima destes 149.639,37 € e acrescermos aqui até aos 300 mil euros, portanto é só isso.

Se alguém quiser algum esclarecimento adicional terei todo o gosto em o fazer”. -----

A **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo registado nenhuma inscrição.-----

Estando o plenário elucidado e não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta n.º 183/2025, tendo a Assembleia, **por unanimidade**, com 22 votos a favor (PSD/PS/UPF), **deliberado**: -----

Aprovar a Proposta n.º 183/2025, nos precisos termos em que a mesma foi formulada, e desta forma, **umentar**, para vigorar até ao final do presente mandato, o montante de €149.639,37 (cento e quarenta e nove mil seiscientos e trinta e nove euros e trinta e sete cêntimos) **para €300.000,00** (trezentos mil euros) o valor da realização de obras ou reparações por administração direta. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

O deputado Francisco Abreu, em nome da bancada do PS, proferiu a seguinte declaração de voto:-----

“Na política como na vida nós devemos procurar ser coerentes com as nossas ideias, com as nossas ideologias, com os nossos princípios e com as nossas decisões e não decidir ao sabor dos ventos e marés, ou não procurar decidir sobre o mesmo assunto consoante quem está no poder seja um partido ou seja outro, isto para dizer que esta proposta é exatamente igual, como o Senhor Presidente já referiu, às propostas que foram apresentadas nos executivos anteriores quer em 2017, quer em 2021 que é para funcionar em todo o mandato que, aliás, já vinha dos mandatos anteriores do PSD pelo menos desde 2005 e desde 2009, por isso para a sua bancada não fazia qualquer sentido, uma vez que a proposta como disse é exatamente igual, palavra por palavra, ponto por ponto, virgula por virgula, àquilo que era exatamente igual às propostas anteriores por isso para a sua bancada não fazia qualquer sentido irem votar de uma forma diferente daquela que votavam em ocasiões anteriores. É realmente uma verba muito elevada como o Senhor Presidente também já referiu, normalmente só é utilizada em circunstâncias muito especiais, por exemplo agora numa catástrofe como o caso da “*depressão Cláudia*” e mesmo até devido ao aumento dos preços e acreditamos que este executivo irá utilizar esta prerrogativa da lei da melhor forma que sirva os interesses de Almodôvar e dos seus municípios tal como o fizeram os Presidentes anteriores. Por essa razão vão votar favoravelmente esta proposta na qual a Câmara solicita à Assembleia que aumente o montante de 149.639,37€, os tais 30 contos, que esta é uma lei ainda

antiga, aumente para os tais 300 mil euros para a realização de obras ou reparações por administração direta. -----

Portanto, a bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente esta proposta. ----

C.4 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA RELATIVA À NOMEAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO: -----

A **Presidente da Assembleia** iniciou o ponto e solicitou ao Presidente da Câmara que esclarecesse a Assembleia. -----

O **Presidente da Câmara** explicou que se trata de uma aquisição de serviços. “A Câmara municipal de Almodôvar como os outros municípios são obrigadas a ter um Revisor Oficial de Contas, é um técnico superior que vai verificar se os documentos contabilísticos que foram registados pelos serviços do município estão no cumprimento daquilo que é a legislação da contabilização pública que tem um regimento próprio diferente das empresas, naturalmente os últimos anos tem vindo a ficar mais aproximado às empresas até para uma mais fácil avaliação. -----

O Revisor Oficial de Contas é no fundo a pessoa que vem cá garantir que os documentos contabilísticos que a Câmara tem no seu poder são registados da melhor forma daquilo que é o plano de contas público e garantir que isso assim aconteceu e, naturalmente, colocar nos relatórios algumas indicações que possam melhorar esta contabilização e aquilo que é a transparência das contas do município. -----

Estamos muito em cima, terminava este contrato no dia 28 de dezembro, contactamos o senhor no sentido de saber se ele garantia a continuidade do preço, um preço muito próximo do concurso público, neste tipo de compra pública é um preço que roça já muito aquilo que é o concurso público. Se ele não garantisse teríamos de fazer um concurso público e iríamos ter de ficar sem Revisor Oficial de Contas durante algum período porque não conseguiríamos fazer um concurso público em tempo record, até 28 de dezembro. Chegamos a negociações com a empresa e eles mantiveram o valor e fizemos uma contratação por um ano, depois teremos que avaliar em meados do próximo ano a contratação pública através de concurso público para este serviço porque ele disse-nos logo que já não iam garantir este valor no próximo ano, por isso é que temos aqui só a este não a mais nenhum, solicito a aprovação da Assembleia Municipal”.-----

A **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, não se tendo registado inscrições. -----

Estando o plenário elucidado e não havendo pedidos de intervenção, a **Presidente da Assembleia** colocou a matéria à votação tendo a Assembleia Municipal, **por unanimidade**, com 22 votos a favor (PS/PSD/UPF) **deliberado:** -----

Aprovar a Proposta n.º 195/2025, que tem em vista a **autorização da nomeação do auditor externo** responsável pela certificação legal de contas, **pelo período de 12 meses**, convidando para o efeito a **empresa Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.**, titular do cartão de pessoa coletiva n.º 501 266 259, com vista à aquisição do serviço em apreço, nos termos da Lei. -----

C.5 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E RECURSOS FINANCEIROS DO MUNICÍPIO PARA AS FREGUESIAS DESAGREGADAS NO ÂMBITO DOS AUTOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E RECURSOS CELEBRADOS AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL:-----

A **Presidente da Assembleia** iniciou o ponto e explicou que tem a ver precisamente com a questão da desagregação das Freguesias e os Autos de Transferência daquelas

que são as competências e os recursos com que as mesmas vão ficar mas solicitou ao Senhor Presidente que desse o devido esclarecimento. -----

Usando a palavra o **Presidente da Câmara** disse que “todos sabemos que houve a desagregação das Freguesias no dia 10 de março, foi o dia que foi considerado, e havia a necessidade, a partir dessa data, que a Câmara Municipal definisse o que que cada uma das Freguesias desagregadas iria receber naquilo que eram as transferências de competências que estavam para o ano 2025. Isto não é um novo acordo para 2026, tem a ver especificamente com as 4 freguesias que se desagregaram. Aquilo que fizemos foi promover uma reunião com as 4 freguesias, que por acaso já falou sobre essa reunião, e chegaram a um acordo naquilo que foi proposto pela Câmara foi aprovado pelas 4 Freguesias. No fundo não tinha que ser aprovado mas entendemos que devia ser aprovado pelas Freguesias no sentido de todos ficarmos cientes de que estávamos a fazer aquilo que era correto, ou seja, de acordo com a transferência de competências que tinha sido feito para as Freguesias desagregadas. Cada uma das Freguesias agregadas tinham uma determinada competência naquele acordo. Aquilo que se chegou à conclusão é de uma percentagem que fosse justa para as 4 freguesias na distribuição dos valores do mês de outubro, novembro e dezembro da transferência de competências do Município de Almodôvar, chegou-se a esta conclusão, tem de ser aprovado pela Assembleia Municipal. Relembro que são as Freguesias que foram desagregadas, tiveram um trabalho adicional naquilo que é a orçamentação porque todas elas tiveram de fazer um orçamento destes 3 meses e mais o orçamento do próximo ano e o que se trata é exclusivamente dessa situação”.-----

A **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, não se tendo registado inscrições. -----

A **Presidente da Assembleia** colocou à votação a Proposta n.º 201/2025, tendo a Assembleia Municipal, **por unanimidade**, com 22 votos a favor (PS/PSD/UPF), **deliberado**:-----

1.º - Aprovar a celebração de uma Adenda aos Autos de Transferência de Competências e Recursos, celebrados com as extintas União de Freguesias de Almodôvar e Graça dos Padrões e a União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, passando a figurar a Freguesia de Almodôvar, a Freguesia de Gomes Aires, a Freguesia de Santa Clara-a-Nova e a Freguesia de Senhora da Graça dos Padrões como outorgantes, mantendo-se inalteradas as competências transferidas e as mantidas no âmbito de intervenção do Município, de acordo com o Anexo I, que fazem parte integrante do presente texto e acompanha a Proposta n.º 201/2025; -----

2.º - Aprovar a afetação, às Freguesias em questão, dos Recursos Financeiros, Humanos e Patrimoniais constantes do Anexo II, que fazem parte integrante do presente texto e acompanha a Proposta n.º 201/2025; -----

3.º - Aprovar o teor das minutas de Adenda ao Auto de Transferência de Competências e Recursos, constantes do Anexo III, que fazem parte integrante do presente texto e acompanha a Proposta n.º 201/2025. -----

C.6 - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E SEU SUBSTITUTO (TAMBÉM PRESIDENTE DE JUNTA) QUE EM REPRESENTAÇÃO DE TODAS AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE ALMODÓVAR, PARTICIPARÁ NO XXVII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:

A **Presidente da Assembleia** deu conhecimento da comunicação da Associação Nacional Municípios Portugueses para o seu XXVII Congresso, que irá decorrer em Viana do Castelo nos próximos dias 13 e 14 de dezembro de 2025. -----

Prossequindo, referiu que de acordo com os Estatutos da ANMP, compõem o Congresso Nacional três Delegados da cada Município associado, assim discriminados: -

- 1 – O Presidente da Câmara Municipal ou seu substituto;- -----
- 2 - O Presidente da Assembleia Municipal ou seu substituto; -----
- 3 – Um Presidente de Junta de Freguesia ou suplente, eleitos em Assembleia Municipal.-----

Assim, a **Presidente da Assembleia** propôs o seguinte:- -----
Que seja eleito um Presidente de Junta efetivo e um suplente em representação das restantes freguesias do Concelho de Almodôvar, para participação como Delegado no XXVII Congresso da ANMP, conforme dispõe o n.º 2 do art.º 6.º dos Estatutos da Associação de Municípios.-----

Prosseguindo, a **Presidente da Assembleia** solicitou às bancadas que apresentassem as suas propostas.-----

O **deputado Bernardo Delgado**, em representação do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, apresentou uma lista propondo como membro efetivo o senhor Diogo Francisco Moreira Baroa Custódio da Lança, Presidente da Junta de Freguesias de Almodôvar (PSD) e como membro suplente o senhor Vítor José Costa Nogueira, Presidente da Junta de Freguesia do Rosário (PS).-----

Não tendo sido apresentadas mais listas, a **Presidente da Assembleia** esclareceu que deveriam votar **SIM** ou **NÃO** ou **Branco** na lista única apresentada pelo Partido Social Democrata.-----

Não havendo pedidos de intervenção ou de esclarecimento, a **Presidente da Assembleia** colocou à votação, através de escrutínio secreto, a lista apresentada pelo Partido Social Democrata, a qual **foi aprovada por maioria** com 21 votos SIM e 1 votos em Branco, ficando eleito como **membro efetivo** o senhor **Diogo Francisco Moreira Baroa Custódio da Lança**, Presidente da Junta de Freguesia de Almodôvar (PSD) e como **membro suplente** o senhor **Vítor José Costa Nogueira**, Presidente da Junta de Freguesia do Rosário (PS), em representação de todas as Juntas de Freguesia do Concelho de Almodôvar, no XXVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

C.7 - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E SEU SUBSTITUTO (TAMBÉM PRESIDENTE DE JUNTA) PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALMODÔVAR:-----

Prosseguindo, a **Presidente da Assembleia** referiu que ao nível do Conselho Municipal de Educação, este é uma instância de consulta acima de tudo, que visa a nível municipal fiscalizar e acompanhar o funcionamento do sistema educativo.-----

Pergunta ao Senhor Presidente se querará acrescentar algo em relação a este Conselho Municipal.-----

O **Presidente da Câmara** disse que não tinha muito a acrescentar sobre o Conselho Municipal de Educação, “dizer que terá a representação dos Senhores Presidentes de Junta e o que vem aqui é efetivamente para a Assembleia decidir quais são os Presidentes de Junta que poderão representar as Freguesias neste Conselho Municipal de Educação, durante este mandato”.-----

Seguidamente, a **Presidente da Assembleia** solicitou às bancadas que apresentem as suas propostas.-----

O **deputado Bernardo Delgado**, em representação do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, apresentou uma lista propondo como membro efetivo o senhor Diogo Francisco Moreira Baroa Custódio da Lança, Presidente da Junta de Freguesia de Almodôvar (PSD) e como membro suplente o senhor Gabriel Tomás Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesias da Senhora da Graça dos Padrões (UPF).-----

Não tendo sidas apresentadas mais listas, a **Presidente da Assembleia**, esclareceu que deveriam votar **SIM** ou **NÃO** ou **Branco** na lista única apresentada. -----

Não havendo pedidos de intervenção ou de esclarecimento, a **Presidente da Assembleia** colocou à votação, através de escrutínio secreto, a lista apresentada, a qual **foi aprovada por maioria**, com **16 votos SIM e 6 votos em BRANCO**, ficando eleito como **membro efetivo** o Presidente da Junta de Freguesias de Almodôvar, senhor **Diogo Francisco Moreira Baroa Custódio da Lança**, (PSD) e como **membro suplente** o Presidente da Junta de Freguesia da Senhora da Graça dos Padrões, senhor **Gabriel Tomás Guerreiro** (UPF), em representação das Freguesias, no Conselho Municipal de Educação de Almodôvar. -----

A **Presidente da Assembleia** referiu que espera que os Senhores Presidentes de Junta façam de facto um bom trabalho neste Conselho Municipal de Educação de Almodôvar que é extremamente importante para aquilo que são as intervenções futuras de âmbito educativo. -----

C.8 - ELEIÇÃO DOS MEMBROS PARA INTEGRAR A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIMBAL:-----

A **Presidente da Assembleia** deu conhecimento da comunicação da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo, solicitando a eleição de dois membros da Assembleia Municipal de Almodôvar para integrar a Assembleia Intermunicipal da CIMBAL, que de acordo e conforme o disposto no artigo 83.º, n.º1, alínea a) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é constituída por representantes dos treze concelhos que a compõem, eleitos diretamente e de forma proporcional de entre os membros da Assembleia Municipal. --- Elegem-se os eleitos de forma proporcional e nos seguintes termos: 2 nos municípios até 10 mil eleitores e 4 nos municípios entre 10.001 e 50 mil eleitores. -----

No caso da CIMBAL vão totalizar 32 membros representantes dos 13 concelhos que a compõem, para o caso de Almodôvar vão eleger dois membros porque temos menos de 10 mil eleitores.-----

Nestes termos, a **Presidente da Assembleia** propôs a eleição de dois representantes da Assembleia Municipal de Almodôvar para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL), conforme o previsto na lei.- -----

Prosseguindo, a **Presidente da Assembleia**, de acordo com o requerido, solicitou às bancadas que apresentassem listas para serem submetidas a escrutínio secreto. - -----

Pediu a palavra o **deputado Bernardo Delgado**, que em representação do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, apresentou uma lista, propondo como membros efetivos para integrarem a Assembleia Intermunicipal da CIMBAL a deputada Andreia Calvário Graça Guerreiro e a deputada Ana Isabel Teixeira Guerreiro e como membros suplentes o deputado Bernardo Pereira Delgado e o deputado Guilherme Alexandre Viegas Barôa.-----

Não tendo sido apresentadas mais listas, a **Presidente da Assembleia**, esclareceu que deveriam votar **SIM** ou **NÃO** ou **Branco** na lista única apresentada pelo Partido Social Democrata.-----

Prosseguindo, a **Presidente da Assembleia** colocou à votação, por escrutínio secreto, a única lista apresentada, que obteve o seguinte resultado: -----

12 votos - SIM -----
9 votos - BRANCO -----
1 voto - NÃO-----

Não havendo pedidos de intervenção ou de esclarecimento, através de escrutínio secreto, a lista apresentada pelo Partido Social Democrata, foi aprovada por maioria com 12 (doze) votos SIM, 9 (nove) votos em Branco e 1 (um) voto NÃO, e nestes termos, as duas representantes da Assembleia Municipal de Almodôvar eleitas diretamente para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL), conforme o previsto na lei, são as deputadas Andreia Calvário Graça Guerreiro e Ana Isabel Teixeira Guerreiro, como membros efetivos e os deputados Bernardo Pereira Delgado e o deputado Guilherme Alexandre Viegas Barôa, como membros suplentes. -----

A **Presidente da Assembleia** deu conhecimento que “por solicitação da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo estes dois membros estão desde já convocados porque a CIMBAL tem urgência, uma vez que a sua tomada de posse acontecerá já no dia 2 de dezembro pelas 18 horas. -----

Agradeço a confiança que me foi dada e à colega Ana Guerreiro e quero dizer que independentemente de tudo, representaremos toda a Assembleia Municipal de Almodôvar e que se houver alguma questão, algum assunto, alguma proposta, alguma ideia que queiram transparecer para a Assembleia Intermunicipal, obviamente que contarão com as duas para a fazer chegar junto da CIMBAL”. -----

C.9 - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DAS FREGUESIAS NA COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS 2025-2029; -----

A **Presidente da Assembleia**, introduziu o tema e nos termos do disposto na alínea b) do n.º 3 do Artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua atual redação, apresentou uma proposta que tem como objeto aprovar a designação de dois representantes das Freguesias do concelho de Almodôvar na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais. -----

A **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito o deputado Francisco Abreu. -----

Pedi a palavra o **deputado Francisco Abreu** que referiu querer fazer apenas um esclarecimento. “A bancada do Partido Socialista não apresentou aqui listas apesar de na reunião que tiveram, terem pensado nalguns nomes, porque sempre pensamos que fosse possível chegar a um consenso uma vez que o Partido Socialista tem tantos Presidentes de Junta como o PSD, aliás mais do que o PSD, para além da Junta de Freguesia independente. Pensávamos que fosse possível chegar a um consenso para apresentarmos listas conjuntas em especial àquelas que dizem respeito aos Presidentes das Junta de Freguesia, e aliás até tínhamos algumas freguesias com históricos de incêndios e têm serra, como a questão de São Barnabé e a questão de Santa Clara e tínhamos pensado apresentar esses nomes, pensando apresentar um Presidente de Junta de cada uma das bancadas, não foi possível chegar a esse acordo, também não valia a pena estar a apresentar listas mas, a razão de o PS não apresentar listas para os diferentes órgãos foi exatamente por essa razão porque, iríamos apresentar listas conjuntas, um Presidente de Junta do Partido Socialista, um Presidente de Junta do PSD e um Presidente de Junta também da Graça dos Padrões que é uma Junta independente, foi essa a razão. -----

Em resposta a **Presidente da Assembleia** disse que relativamente a essa questão, pretendia “dizer só que o Senhor Deputado chegou em cima da reunião, já estávamos prontos para começar e existe um trabalho preparatório que é feito por parte da bancada do PSD e que foi feito há vários dias. O PSD não tem problemas nenhuns com o entendimento até porque o demonstramos relativamente à ANMP, a questão é que já tínhamos o trabalho de casa feito, preparado, e foi por isso que mantivemos a situação sendo, que de futuro, o que solicitava e muito agradecia e, penso que da parte do líder da bancada será também esse o

entendimento, é que nos contactem com mais tempo para podermos de facto concertar ideias e propostas”. -----

Continuando, questionou o Presidente da Câmara se pretendia esclarecer, relativamente a esta Comissão, em que que consiste exatamente. -----

O **Presidente da Câmara** disse que “é de todo importante. A Gestão dos Fogos Rurais passou a ser gerida no planeamento pela Comissão Intermunicipal, pela CIMBAL, e é de todo importante que nós tenhamos nesta Comissão os Senhores Presidentes de Junta e que eles possam de alguma maneira contribuir para aquilo que é o risco nas Freguesias e naturalmente irão trabalhar em conjunto nessa matéria”. -----

Prosseguindo, o **deputado Bernardo Delgado**, em representação do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, propôs a seguinte lista: -----

- **Senhor Fábio Batista**, Presidente da Junta de Freguesia de Gomes Aires, substituído nas suas faltas e impedimentos pela **Senhora Silvina Mestre**, Secretária da referida Edilidade; -----

- **Senhor Gabriel Guerreiro**, Presidente da Junta de Freguesia da Senhora da Graça dos Padrões, substituído nas suas faltas e impedimentos pelo **Senhora Marisa Pereira**, Secretária da referida Edilidade. -----

Prosseguindo, a **Presidente da Assembleia** referiu que não tendo sido apresentadas mais listas, à semelhança do ponto anterior temos nomes e vão votar SIM ou NÃO ou VOTO em BRANCO se assim o entenderem, se concordam ou não concordam com estes nomes que foram sugeridos para integrar esta comissão. -----

Não havendo pedidos de intervenção ou de esclarecimento, a Presidente da Assembleia, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 3 do Artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua atual redação, colocou à votação, através de escrutínio secreto, a Proposta apresentada, na qual recaíram os seguintes votos: 12 votos SIM, 05 votos EM BRANCO e 05 votos NÃO. -----

Nestes termos, a **Assembleia Municipal, por maioria, deliberou:** -----

1.º - Eleger como representantes das Freguesias do concelho de Almodôvar na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais os seguintes autarcas: -----

- **Senhor Fábio Batista**, Presidente da Junta de Freguesia de Gomes Aires (PSD), substituído nas suas faltas e impedimentos pela **Sra. Silvina Mestre**, Secretária da referida Edilidade; -----

- **Senhor Gabriel Guerreiro**, Presidente da Junta de Freguesia da Senhora da Graça dos Padrões (UPF), substituído nas suas faltas e impedimentos pelo **Senhora Marisa Pereira**, Secretária da referida Edilidade. -----

2.º - Aprovar que a presente proposta seja remetida à Câmara Municipal, para conhecimento e demais diligências que se afigurem como necessárias. -----

C.10 - CONHECIMENTO DA LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS, NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DOS MESMOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 28 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

A **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e disse que este documento vai ser habitual e de acordo com a Lei é obrigatório em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal. -----

Perguntou ao Senhor Presidente se pretende prestar algum esclarecimento adicional antes de dar a palavra aos Senhores deputados municipais. -----

O **Presidente da Câmara** afirmou que “são os compromissos que vêm assumidos do anterior executivo e nestes 27 dias este executivo não houve nenhum compromisso que venha aumentar os já assumidos pelo anterior. Não tenho mais nada a dizer sobre isto”.

Prosseguindo com os trabalhos, a **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo registado nenhuma inscrição.-----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** da listagem dos compromissos plurianuais assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro, na sua atual redação.-----

C.11 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ART.º 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DO ARTIGO 37.º DO REGIMENTO:-----

A **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e referiu que de acordo com o ponto 1, do artigo 37º do Regimento desta Assembleia Municipal, em cada sessão ordinária “*O Presidente da Câmara Municipal deve remeter ao Presidente da Assembleia Municipal, ... uma Informação escrita acerca da atividade da Câmara Municipal e da situação financeira do Município.*”-----

Neste sentido, perguntou ao Presidente da Câmara se quer desde já prestar algumas informações ou esclarecimentos sobre este documento, ou se pretende fazê-lo apenas depois das intervenções dos senhores deputados ou das questões que lhe queiram colocar.-----

O **Presidente da Câmara** começou por explicar que a “Atividade do Município que está aqui neste momento para informação é uma atividade que vem do anterior executivo não é a atividade deste executivo.-----

A informação financeira reporta a 31 de outubro e é apresentada normalmente pela divisão financeira e que faz o comparativo daquilo que é o 2024 até 2025.-----

Relembro que houve aqui um desinvestimento no último ano em relação ao ano anterior e o que estará por executar dificilmente será de capital, será os custos correntes, também houve algum aumento nos custos correntes, Não tenho mais nada a referir sobre este documento”.-----

A Assembleia Municipal **apreciou a informação** do Presidente da Câmara sobre a **Atividade do Município, bem como da situação financeira**, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 37.º do Regimento.-----

C.12 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA.-----

Prosseguindo, a **Presidente da Assembleia** colocou à votação a minuta da ata da sessão, a qual contém as deliberações tomadas na rubrica da Ordem do Dia, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, com 22 votos a favor (PS, PSD,UPF).-----

A **Presidente da Assembleia** agradeceu pela forma como a mesma decorreu e disse que “sinto muito orgulho daquilo que realizámos aqui hoje. É a primeira Assembleia de todo um mandato que irá acontecer e espero que todos tenham trabalho a realizar.-----

Espero que tenha sido uma boa Assembleia para todos.-----

Agradeço também ao público que esteve connosco sempre em direto, estiveram como tinha dito há pouco, durante muito tempo mais de 160 pessoas a ver-nos em direto, o que revela a importância daquilo que fizemos hoje e das várias iniciativas que irão fazer de futuro e nas quais espero que todos os deputados possam vir a participar. -

Mais uma vez agradeço e desejo a todos uma noite muito abençoada”.-----

FECHO: Finda a ordem de trabalhos, e nada mais havendo a tratar, nos termos do Regimento e da alínea c), do n.º 1, do art.º 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a **Presidente da Assembleia Municipal** deu a sessão por encerrada, eram **zero horas e quinze minutos**, do dia 28 de novembro de 2025.-----

ATA N.º 01 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025
QUADRIÊNIO 2025-2029

Para constar e para os fins consignados no n.º 1, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, se lavrou a presente ata da sessão. -----

Os anexos à ata dão-se aqui como reproduzidos e ficam apensos ao presente livro de atas. -----

E eu, **Marta Isabel Moreira Barôa David Tomé**, primeira secretária da Assembleia Municipal, a redigi e subscrevo. -----